

PLANO DE GOVERNO

PSOL MARÍLIA

NAYARA MAZINI – PREFEITA
ANDRÉ LISQUE – VICE-PREFEITO

2020

ÍNDICE

Palavra do Diretório Municipal do Psol	3
Introdução	5
1. EDUCAÇÃO	9
2. SAÚDE	13
3. SEGURANÇA PÚBLICA	18
4. ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
5. ECONOMIA, TRABALHO E RENDA	23
6. MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA	25
7. DIREITOS DOS ANIMAIS	35
8. CULTURA ESPORTE E LAZER	38
8.1. CULTURA INDIGENISTA	40
9. FUNCIONALISMO PÚBLICO	43
10. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	45
10.1. MULHERES	45
10.2. LGBTQIA+	51
10.3. PESSOA COM DEFICIÊNCIA	55
10.4. POLÍTICA ANTIRRACISTA	63
10.5. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	65
10.6. IDOSO	67
11. PLANEJAMENTO, MOBILIDADE URBANA E BEM VIVER	70
12. POLÍTICAS SOBRE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS	75
13. TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	81
14. POLÍTICA DE RADIODIFUSÃO	84

PALAVRA DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PSOL

Eleições são processos regulares e periódicos que fazem parte do funcionamento normal das instituições no interior de um estado de direito. Mas as eleições que se avizinham estão longe de poderem ser consideradas regulares ou normais. Pois as instituições de cujo funcionamento normal elas deveriam fazer parte se mostram irreversivelmente arruinadas, tendo perdido toda a sua credibilidade. No fundo, elas se mostram como aquilo que verdadeiramente são e sempre foram, ou seja, uma encenação enganosa destinada somente a encobrir a cruel exploração do povo e de nossos recursos naturais em benefício apenas do grande capital nacional e internacional. O que elas tinham de sólido, de valoroso e verdadeiramente condizente com os reais anseios nacionais foi apenas aquilo que gerações e gerações de bravos combatentes conseguiram conquistar com braço forte e desafiando literalmente a própria morte a fim de impor um limite à sanha sanguinária e potencialmente genocida do poder econômico. Justamente estas conquistas foram as primeiras vítimas do novo ataque ao povo e à soberania nacional e que nos coloca hoje na situação calamitosa em que nos vemos. Porém, mais importante do que reconhecer a catástrofe é tentar entender as circunstâncias históricas que a tornaram possível. Ao fazermos isso, não podemos deixar de perceber que tragédias nacionais como a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos, a entrega dócil e rápida de todas as nossas riquezas ao capital estrangeiro, a destruição de nosso meio ambiente e o soterramento de nossa cultura sob o lixo produzido pela assim chamada “indústria cultural” são apenas o desfecho lógico e necessário de um processo que tem início ainda na década de 1990. Foi então que o governo de Fernando Henrique Cardoso solenemente consagrou o capital financeiro como o verdadeiro mandatário da nação e deu início à lenta e dolorosa agonia da indústria nacional, processo que haveria de transformar paulatinamente o Brasil em nação exportadora de produtos agropecuários e commodities minerais. Jamais interrompido e nem mesmo arrefecido nos governos petistas, esse movimento se acelera vertiginosamente sob Temer e Bolsonaro, dando origem à crise sem precedentes que vivemos. Na verdade, essa crise não vitima exatamente as instituições, mas apenas a ilusão de sua legitimidade. Dissipada irremediavelmente a aura ilusória de respeitabilidade que ainda as cercava, pode-se ver claramente suas entranhas; pode-se ver que através delas é o capital que cria

suas próprias leis, destaca seus mais submissos lacaios para fazê-las executar, julga e condena aqueles que se levantam contra a dominação, ao mesmo tempo em que acoberta os maiores facínoras sob o escuro manto da lei que afeta representar. A crise não é só institucional, mas também econômica, social e política. No centro dela, como seu administrador de plantão encontra-se a mais rastejante e despudorada cortesã com que o imperialismo internacional jamais pudera sonhar para o cumprimento de suas ordens. No mundo ao revés em que nos movemos, o Inimigo do povo governa a nação.

Levantar-se e lutar decididamente com brio e coragem e com todas as forças contra esse Inimigo, mas também contra tudo o que tornou possível a sua ascensão, é o que se espera de todo cidadão consciente do país. É este o chamamento que anima a candidatura que o Partido Socialismo e Liberdade tem o prazer de apresentar à Prefeitura de Marília. Pois temos consciência de que o caráter local das eleições de 2020 não nos autoriza a considerá-las separadamente do contexto político nacional, e que a profundidade da crise que o país atravessa nos obriga imperiosamente a estabelecer a conexão entre o local e o nacional, mesmo porque a administração atual da cidade segue servilmente as diretrizes do governo protofascista a que vergonhosamente se aliou e ajudou a eleger, e, por outro lado, as relações de poder que aqui se verificam espelham fielmente aquelas que se estabelecem no âmbito da nação. Assim sendo, Nayara Mazini e André Lisque, ao apresentarem uma plataforma absolutamente direcionada aos problemas de Marília, dos quais revelam notável conhecimento, se inserem em uma luta muito mais ampla; e todos nós que os apoiamos temos consciência de que nossos esforços atuais, que haverão de ser coroados com o sucesso das urnas, nos colocam em sintonia com os esforços de tantos outros companheiros espalhados pelo país na construção de um verdadeiro caminho de libertação e emancipação do povo brasileiro.

Marília, 24 de setembro de 2020, Diretório Municipal do Psol-Marília

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil elevou o município ao patamar de entidade federativa, atribuindo a este uma condição de maioria e de capacidade resolutive para responder, de forma responsável, às demandas de seus munícipes, estabelecendo mecanismos de exigibilidade de direitos, legitimados pelos Conselhos Municipais de Direitos, prerrogativa do Controle Social pelo qual a cidadania e democracia participativa são efetivadas, sendo estes organismos autônomos, paritários e deliberativos, com o dever de fomentar a criação da política pública municipal para as diferentes categorias e realizar o controle das ações em âmbito local.

A construção do presente Plano contemplou várias etapas de discussões com movimentos, lideranças comunitárias, população, trabalhadores e especialistas das diversas áreas, gerando contribuições por meio das Plenárias Temáticas, pesquisas em documentos já consolidados e publicizados.

O PSOL NA HISTÓRIA

É necessário conhecer a história para entender a que se vem!

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) surge em 2002, da discordância em relação à proposta de reforma da previdência, que retirou direitos previdenciários dos trabalhadores nos serviços públicos em 2003. Os então parlamentares Babá, Heloisa Helena e Luciana Genro foram expulsos do PT, pois escolheram o lado da coerência e votaram contra a proposta do governo Lula.

A partir desse momento se iniciou um movimento pela construção de um novo partido para a esquerda brasileira, crítico em relação à política de conciliação de classes e que fez oposição de esquerda e programática aos governos do PT, denunciando os seus limites e contradições e tentando reconstruir as bases de uma esquerda que pudesse ter a potência necessária para a mudança concreta da vida do povo brasileiro.

Ao longo de seus 15 anos de história, sempre buscou a coerência reivindicando a luta pela redemocratização do Brasil, construída arduamente ao longo das décadas de 70

e 80, com ações como grandes greves, o enorme trabalho de base nas comunidades e a luta pelas propostas históricas de reformas estruturais em nossa sociedade.

Figuras importantes da esquerda, como Plínio de Arruda Sampaio, Luciana Genro, Ivan Valente, Chico Alencar, Babá, Heloísa Helena João Fontes, Maninha, João Alfredo, Marcelo Freixo, Randolfe Rodrigues, Afrânio Boppé, Carlos Giannazi, Brice Bragato, entre tantos outros, participaram desse momento e inauguraram um novo momento para a esquerda brasileira.

As eleições gerais de 2006 foram as primeiras disputadas pelo PSOL. A então senadora alagoana Heloísa Helena foi a candidata do partido à presidência e obteve 6,85% dos votos – mais de 6,5 milhões de eleitores.

Em 2007, o PSOL inicia seu posicionamento contra a corrupção que assola nosso país, tornando-se linha de frente da campanha exigindo o afastamento de Renan Calheiros, então presidente do Senado, e Joaquim Roriz (DF), que tinham sérias acusações de corrupção e envolvimento com esquemas ilícitos com empreiteiras.

Marcelo Freixo, Deputado estadual do PSOL -RJ, entrou para a história da política nacional em 2008 ao presidir a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, um marco na luta contra o crime organizado e que se tornou inspiração para o filme Tropa de Elite.

Em 2009, o PSOL cobrou investigações das graves denúncias que envolviam José Sarney, presidente do Senado na época e símbolo da velha política corrupta no parlamento brasileiro.

A segunda campanha presidencial do PSOL foi em 2010, com o saudoso Plínio de Arruda Sampaio, reconhecido na época por ter mobilizado a juventude através das redes sociais com transmissões no Twitter e seus comentários ácidos contra adversários nos debates de televisão.

Em 2011, um fato interessante: o PSOL pediu a cassação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados do então deputado Jair Bolsonaro. O atrito da época foi com a então senadora Marinor Brito (PSOL-PA), após a “denúncia” de Bolsonaro de um suposto “kit gay” nas escolas.

A campanha de Marcelo Freixo à prefeitura do RJ em 2012 ficou conhecida como “Primavera Carioca”. Reconhecido pelo trabalho contra as milícias e ameaçado por elas, Freixo teve o músico Marcelo Yuka como vice em uma chapa que teve quase 30% dos votos e empolgou a militância.

Entre 2013 e 2014, o PSOL esteve ativamente na defesa das liberdades democráticas dos manifestantes que iam às ruas exigindo melhores serviços públicos pelo país durante os preparativos para a Copa do Mundo do Brasil. E nas eleições de 2014 o PSOL teve a ex-deputada federal Luciana Genro como candidata à presidência com uma campanha que mobilizou jovens, LGBTs, mulheres, negros e negras por todo o país.

A campanha contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, hoje preso por seus vários casos de corrupção, teve participação ativa do PSOL no parlamento e nas ruas.

O ano de 2016 foi um marco na história do PSOL. Mesmo tendo feito oposição a todos os anos de governos do PT, se posicionou de maneira firme em defesa da democracia e contra o golpe orquestrado pelo Congresso que derrubou a presidente eleita Dilma Rousseff.

2017 foi um ano de resistência às medidas do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB). O PSOL esteve nas ruas junto a diversos movimentos e partidos contra projeto como a PEC do Teto dos Gastos e as Reformas Trabalhista e da Previdência.

Em 2018 aconteceu o episódio mais triste e revoltante de toda história do PSOL, o assassinato político da vereadora do partido no RJ, Marielle Franco, sem solução até hoje. O fato levou centenas de milhares de pessoas às ruas e comoveu o país. Marielle presente, sempre!

O ano também foi de campanha presidencial e o PSOL contou com Guilherme Boulos e Sonia Guajajara, em uma grande aliança com movimentos sociais. Uma chapa com o candidato à presidência mais jovem da história e a primeira indígena a estar em uma chapa presidencial em 518 anos de história do Brasil.

Desde 2019, o PSOL é a principal pedra no sapato da extrema-direita e de Jair Bolsonaro e está na defesa dos direitos e liberdades democráticas ao lado de outros partidos e movimentos.

O partido apresentou o mais representativo pedido de impeachment e está, desde o início de 2020, na luta pelas medidas de proteção ao povo na pandemia.

Escolhemos o PSOL porque nos reconhecemos em sua história pela defesa da vida acima do lucro e pela construção de um projeto no qual o Povo Brasileiro exerça de fato seu poder. Somos o partido de Plínio de Arruda Sampaio, de Luiza Erundina e Marielle Franco!

Desta forma, assumimos junto à sociedade mariliense o compromisso pela construção de uma cidade mais justa, inclusiva e humana para todos, lutando pela esperança, dignidade e sonhos de cada um que a constrói.

Nesta perspectiva apresentamos um plano gestor legítimo, constituído a partir da união de munícipes, trabalhadores e especialistas das diversas áreas temáticas, concordando, consensuando ou consentindo com uma determinada forma de pensar, análise das estruturas sociais, análise da conjuntura atual com a proposição de um projeto de futuro a ser construído, tornando-se o porta voz de milhares de pessoas.

O novo sempre vem! É necessário renovar a política em nossa cidade, cansamos dos mesmos!

Todo Poder ao Povo!

EDUCAÇÃO

Nosso plano para a educação tem como princípio a convicção de que a educação é direito inalienável de todo cidadão mariliense, sendo dever do poder público garantir integralmente a efetivação desse direito.

Mesmo com índices acima da média Nacional e Estadual, Marília ainda apresenta a necessidade de melhorar a educação oferecida não apenas no aspecto estrutural, mas também na implementação de políticas públicas e pedagógicas que garantam não somente a acessibilidade à educação formal, mas também o caráter emancipador do conhecimento transmitido a todo educando mariliense.

A escola constitui-se em indispensável instrumento de inserção do cidadão na vida social. Contudo, esta não é sua única meta. A própria Constituição Nacional estabelece como objetivo da educação o desenvolvimento pleno do ser humano, o que torna absolutamente necessário a adoção de uma linha teórica e metodológica que tenha como objetivo o princípio da humanização dos educandos. Os métodos pedagógicos de ensino das crianças em nosso município, porém, mostram-se totalmente insuficientes no que se refere a esse objetivo. A escola pública, especialmente, se resente dessa deficiência, e, ao reservar aos mais pobres uma educação de baixa qualidade, torna-se um meio de perpetuação das desigualdades sociais. Para sanar esses problemas, faz-se urgente a reavaliação e reelaboração dos currículos escolares de acordo com abordagens psicopedagógicas que desenvolvam por completo a capacidade motora, de interação social, artística e intelectual das crianças.

Tais medidas, porém, precisam ser acompanhadas por políticas de valorização do professor, elemento central do processo pedagógico, a começar pela recomposição de seu salário. Essa é uma necessidade premente e inadiável particularmente em Marília, que ostenta o vexatório status de cidade que paga ao professor o menor salário de todo o Estado. Mas esse é apenas o primeiro passo de uma transformação que também deve incluir a melhoria das condições de trabalho e aprendizagem, no sentido do melhor aparelhamento e manutenção das escolas, da oferta universal de transporte gratuito e alimentação adequada aos educandos, bem como da redução do número de alunos por turma. Por fim, é absolutamente necessário investir na formação continuada dos professores, a fim de que possam oferecer formação de alta qualidade aos alunos, formação essa que também deve estender-se aos demais funcionários do

estabelecimento escolar. A obtenção desta meta, por sua vez, pressupõe o estabelecimento de estreitos vínculos entre todos os níveis do ensino, incluindo-se aí o nível universitário. De fato, é importantíssimo criar estratégias possibilitadoras do intercâmbio entre universidade e escolas, coisa que em nossa cidade é particularmente facilitada pelo fato de termos aqui faculdades de reconhecida excelência em diversas áreas, inclusive a pedagógica.

Tendo em vista estas considerações, o plano de melhorias da educação para a cidade apresenta-se através de três eixos centrais: *Acessibilidade Universal*, *Qualidade de Ensino* e *Valorização dos Servidores Municipais da Educação*.

Acessibilidade Universal

- Toda criança deve ter direito à educação no bairro onde mora, assim como assistência psicológica e acompanhamento nas entidades CRAS e de conselho tutelar para o seu acompanhamento e proteção.

- Independentemente da necessidade física, financeira ou intelectual de cada criança, as escolas devem contar com um conjunto de estruturas capaz de acolhê-las sem nenhum tipo de distinção.

Qualidade de Ensino

- Defesa intransigente da laicidade do ensino, sem prejuízo da liberdade privada de crença dos educandos.

- Defesa da ciência e da pesquisa rigorosa, pública e baseada em métodos reconhecidamente válidos como fonte principal do conhecimento a ser veiculado nas escolas municipais, como maneira de combater toda forma de dogmatismo e negacionismo científico.

- Educação pública voltada prioritariamente à formação humana integral do educando, compreendendo-se essa formação em seus aspectos intelectual, social, moral, físico, lúdico e artístico.

- Valorização do potencial formativo e pedagógico da arte, propiciando o acesso do educando às mais variadas formas de expressão artística, nacionais e internacionais, do presente e do passado.

- Estímulo ao conhecimento crítico da História e dos problemas nacionais.

- Diversificação da oferta alimentar nas merendas escolares, e sua adequação a padrões nutricionais compatíveis com a manutenção da saúde física e mental dos educandos.

- Transporte público municipal gratuito e adequado para todos os educandos, independentemente da sua condição financeira, classe social ou necessidade especial.

- Flexibilização dos horários de entrada e saída nas escolas, de modo a atender às necessidades específicas dos pais.

Valorização dos Servidores Municipais da Educação

- Aumento imediato do quadro docente, de forma a fazer frente à demanda escolar preservando a qualidade do ensino.

- Contratação de funcionários capacitados em áreas específicas de modo a atender as demandas de todos os estudantes.

- Contratação de um psicólogo por unidade escolar ou região para atendimento e acompanhamento do desenvolvimento das crianças do município.

- Retomada e implementação do Plano de Carreira do Magistério, presente como ação/ direito legal na Constituição Federal (art. 205), na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e Plano Nacional de Educação;

- Dispensa do trabalho para participação de professores em atividades de formação comprovadas e certificadas, possibilitando aos mesmos apropriações teóricas relevantes para aprimoramento qualitativo de suas práticas;

- Liberação do trabalho aos professores aprovados em um processo seletivo de pós-graduação *Stricto Sensu* para realização de atividades de estudo, frequência a disciplinas, participação em congressos, simpósios e outros, sem necessidade de reposição.

- Investimento em um Programa de Formação Continuada para os docentes de Educação;

- Elaboração um plano de formação também continuada para os demais Profissionais de Educação como ADEs, Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeiras;

- Investimento na formação da Equipe Gestora administrativa (Direção e Auxiliar) para formá-la também como Equipe de liderança pedagógica;

- Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, dotando-lhe de caráter deliberativo, devendo suas deliberações serem efetivadas pelo poder público.

- Ampliação do horário de atendimento nas escolas de Educação infantil
- Criação de um cargo de zeladoria e manutenção nas escolas.
- Redução da jornada de trabalho dos atendentes de escola para 6h;
- Revisão e ampliação dos adicionais de insalubridade para os servidores da educação;
- Ampliação do atendimento de período integral, especialmente nas escolas de periferia;
- Reestruturação do Código de Ética Municipal
- Atendimento e garantias referentes à legislação vigente para todas as crianças portadoras de necessidades especiais
- Realização de concurso para Coordenador Pedagógico, Supervisor e Auxiliar de escrita para as Emeis;
- Investimento nas condições objetivas dos trabalhadores das escolas como estrutura física da instituição, número de alunos, materiais diversificados tanto em qualidade como em quantidade;
- Participação de um pedagogo/a na elaboração de um projeto de construção de uma nova escola ou também ao se projetar reformas;
- Apoio jurídico para Profissional que for vítima de qualquer tipo de preconceito.

SAÚDE

“O Sucateamento da Saúde Pública e a Crise Sanitária - Pela defesa e ampliação do SUS!”

Não pode haver dúvida de que a vida é o mais precioso bem de que dispomos, pois ela é condição óbvia para a posse de todos os outros bens. Garantir o direito à vida é, portanto, atribuição essencial do poder público, da qual este não pode descurar em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto. Essa garantia, porém, passa necessariamente pela adoção de políticas de saúde pública eficientes e abrangentes, pois apenas a saúde garante o gozo pleno da vida.

Estas são afirmações óbvias, tão óbvias que não necessitariam figurar em um programa de governo. Mas o monumental descaso do Estado brasileiro para com a saúde pública infelizmente nos obriga a ter de repetir e repisar o óbvio.

Esse descaso manifestou sua face absolutamente criminoso ao final de 2016, com a aprovação da proposta de emenda constitucional 241, conhecida como PEC do fim do mundo, que congela os investimentos na área da saúde por 20 anos.

Mas esse hediondo ataque à saúde do povo brasileiro não é senão o lance mais visível de uma política deliberada e consequente de destruição paulatina da saúde pública nacional, visando ao favorecimento dos sistemas de saúde privada. Com isso, a prestação de serviços médico-hospitalares se submete à perversa lógica do mercado e a saúde dos brasileiros se torna apenas elemento propulsor do enriquecimento dos já milionários donos dos grandes conglomerados de saúde.

É claro que daí também se segue o progressivo abandono das políticas de prevenção à doença e promoção da saúde, já que a fonte dos lucros é exatamente a doença, e não a saúde.

No ano de 2020, no contexto da pandemia de covid-19, essa inversão de valores abandona o patamar do meramente criminoso para galgar o do francamente monstruoso. Pois agora estamos falando de um governo que diante da maior ameaça à saúde pública e à vida desde a Segunda Guerra mundial não apenas se omite criminosamente, mas também age conscientemente no sentido de incrementar o poder destrutivo da pandemia.

Torna-se impossível combater a doença quando o aliado número um da doença está sentado no mais alto posto do executivo e usa seu poder para coibir toda ação de combate à proliferação do vírus, motivo pelo qual, aliás, já foi denunciado (com plena justificação, no nosso entender) por genocídio junto ao Tribunal Penal Internacional.

A catastrófica irresponsabilidade do governo federal frente à pandemia procura fundamentar-se na falsa oposição entre saúde e economia intencionalmente articulada por quem sustenta todo um mecanismo de supressão de direitos, inclusive os trabalhistas e principalmente a inviabilização do direito à vida. Pelo contrário, diante de tal visão monocromática, desintegrada e genocida da pandemia, é preciso afirmar a vida como valor maior e lembrar que em uma sociedade sã a economia deve servir à vida, e não o contrário.

É uma nefasta ilusão pensar que a economia pode prosperar sem o devido cuidado com a vida e com a saúde. Há que se cuidar das pessoas, para se ter um bom desempenho econômico. Sem trabalhadores saudáveis, não apenas fisicamente, mas também psiquicamente, os negócios sempre irão mal: as pessoas não compram e não há investimentos, que se resguardam como podem para tentar enfrentar a crise.

A desastrosa atitude do governo federal frente à crise sanitária tem consequências diretas nas políticas adotadas pela administração municipal, cujo chefe servilmente se alinha às determinações de Brasília. Esse alinhamento se mostra imediatamente na falta de comando correto, que ora flexibiliza e depois tem de restringir as atividades, arrastando mais e mais a crise sanitária e agravando a crise econômica. Neste momento, é preciso racionalidade, encarar o problema de frente, valorizar a vida, as pessoas, como aliás a maior parte dos países desenvolvidos fez.

Numa gestão responsável, diante da precarização dos serviços de saúde pública, decorrente da carência orçamentária, seria de se esperar a busca por recursos, antecipação de ações preventivas, a ampliação da capacidade de produção da assistência e instalação de serviços, dado o estado de exceção. Entretanto, o que vemos é a encenação de egos e da disputa pelo poder, o distanciamento recorrente do olhar da gestão pública para as reais e prementes necessidades da população, de tudo aquilo que compõe a existência humana.

Acreditamos que a única alternativa correta nesse momento é justamente a valorização e fortalecimento da saúde pública, e especialmente do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS é o maior e mais complexo sistema de saúde no mundo e está continuamente em construção; é uma conquista da luta dos trabalhadores que emerge durante a reivindicação da democracia e é instituído por nossa Constituição Federal.

O SUS é um direito social e preza em seus princípios pela equidade, integralidade e universalidade, garantindo a gratuidade do acesso a seus serviços. É dotado de políticas públicas amplas, desenvolvidas por meio de ações e serviços que propiciam desde a promoção e prevenção em saúde até os cuidados mais complexos como, por exemplo, o transplante de órgãos.

Quem não defende o SUS negligencia a própria vida e daqueles a que ama, pois é o SUS que garante a qualidade dos alimentos que ingerimos, as boas práticas na produção de medicamentos, insumos e equipamentos de saúde; é ele que desenvolve vacinas, tecnologias e combate epidemias, controla a qualidade da água que ingerimos, proporciona a quem precisa medicamentos de alto custo, entre outros benefícios.

Nosso plano de desenvolvimento foca integralmente na universalização do sistema SUS com suas bases estendidas amplamente ao desenvolvimento gratuito de atendimento e combate à precarização e desestatização.

Assim, propomos:

- Promover a articulação da Secretaria de Saúde junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura e demais necessárias ao melhor planejamento para otimização de recursos e estratégias de promoção de saúde, prevenção de doenças e qualidade de vida.
- Avaliação das pactuações realizadas junto às regiões de saúde e municípios que possuem atendimento de saúde referenciados na cidade de Marília, para otimização de recursos e serviços.
- Auditoria e prestação de contas em relação aos recursos, gastos e investimentos na saúde, de forma transparente com atualização sistemática dos dados e apresentação facilitada à população.
- Avaliação dos fluxos de atendimento do Hospital das Clínicas na Rede de Atenção à Saúde da cidade, visando o melhor atendimento à população mariliense.

- Ampliação do Controle Social com reativação dos Conselhos Locais de Saúde.
- Implantação de Projeto Estruturado de Telessaúde, incluindo estratégias de Matriciamento em Saúde.
- Implantação das Linhas de Cuidado, a partir das necessidades de saúde da população apontadas pelos indicadores, por meio da articulação da Rede de serviços, ações e estratégias complementares.
- Ampliação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial: qualificação do CAPS Conviver para modalidade III com atendimento 24 horas e implantação de leitos para internações de breve/brevíssima duração; implantação de programas voltados à prevenção de psicoses e do uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas na infância e juventude; implantação de programas de prevenção e pósvenção ao suicídio em parceria com a Secretaria de Educação e demais secretarias que possam ofertar suporte à rede de cuidados; atenção à Saúde do Trabalhador.
- Valorização dos Profissionais de Saúde: Plano de Carreira, Cargos e Salários; Implementação de ações sistemáticas na Saúde do Trabalhador (promoção de saúde, prevenção de doenças e agravos, redução de danos, tratamento e reabilitação em saúde: Cuidar de quem cuida); Oferta de capacitação, formação, Educação Continuada e Educação Permanente em Saúde.
- Aperfeiçoar e tornar mais efetiva a regulação do acesso aos serviços de saúde, tendo como diretriz a Equidade.
- Profissionalização da Gestão da Saúde, com provisão de quadro profissional estratégico voltado à sustentabilidade em saúde.
- Elaboração do Plano Estratégico de Saúde para o município.
- Avaliação de todos os indicadores de saúde para direcionamento do planejamento em saúde.
- Incentivo à Integração Ensino-Serviço por meio de parcerias com as Universidades e Centros de Formação em saúde, para melhoria da qualidade do atendimento da população.
- Fomentar junto às Universidades a ampliação de pesquisas, projetos de extensão, desenvolvimento da ciência e da tecnologia voltadas às necessidades da população.
- Contratação de médicos com exclusividade de atendimento nas unidades do SUS.
- Contratação de agentes comunitários de saúde (ACS) e adequação do quadro de agentes de combate às endemias (ACE).

- Construção de novas unidades de saúde, com meta de 100% de cobertura de Atenção Primária em Saúde.
- Prover melhorias na informatização dos sistemas de dados de saúde do município, equipando adequadamente as unidades de saúde, realizando treinamento dos recursos humanos, possibilitando a qualificação das informações aos profissionais de saúde e garantindo transparência à população.
- Retorno da dispensação de medicamentos nos postos de saúde e unidades de atendimento público dos bairros.
- Ampliação do programa de “Farmácia popular”.
- Fomentar a implantação das Práticas Integrativas e Complementares nas unidades de saúde.
- Implantação de programas que promovam o uso de medicamentos fitoterápicos na Atenção Primária.
- Implantação da Farmácia viva, com cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos para prevenção e tratamento de doenças a partir das boas práticas em saúde.
- Implementação do tratamento com Cannabis Medicinal, por meio de políticas públicas para democratização do acesso à população: capacitação de médicos dos serviços-SUS para prescrição e da equipe multiprofissional de saúde para assistência ao paciente; dispensação individualizada e controlada de extratos de cannabis sativa via SUS.
- Criação de Fóruns Intersetoriais Permanentes de Saúde, incentivando a participação da população, trabalhadores, sociedade civil organizada, especialistas, órgãos de controle e vigilância internos e externos, judiciário, instituições públicas e privadas, entre outros.

SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública é cada vez mais uma pauta presente no debate eleitoral, sendo sua importância justificada pelos altos índices de violência doméstica, sexual e de gênero, mas também pelo sensacionalismo de programas policiais que lucram com a dor e exposição de vítimas da violência. Embora grande parte das atribuições relativas à segurança pública sejam de responsabilidade do Estado, os municípios tem assumido a responsabilidade por ações nessa área. Mas o que podem as cidades fazer para contribuir com a melhor sensação de segurança para seus munícipes?

O Psol Marília tem realizado uma série de debates internos e externos para debater essa importante pauta, a conclusão que esse debate trouxe até o momento é a de que o punitivismo e a militarização não tem sido eficientes na redução dos índices de violência e aumento da sensação de segurança. Destaca-se também que para o Psol a questão da segurança pública deve ser tratada de forma intersetorial e integrada reunindo vários atores e não só a polícia e o judiciário.

Não bastasse os altos números da violência que vitima mulheres e o público lgbtqi+, o encarceramento em massa, que não ressocializa e cria um exército de reserva para as facções, ainda convivemos com denúncias de violência policial e abuso de autoridade por parte dos agentes da área da segurança pública.

No caso de Marília a ausência de liderança política no executivo local e na ALESP tem tido como resultado o retrocesso como a perda do comando dos Bombeiros para Bauru e a redução do efetivo da Polícia Civil na cidade. Tendo a compreensão dos limites que o município tem na questão da segurança, mas também da importância do tema, a Candidatura de Nayara Mazini apresenta as seguintes propostas para a área da segurança.

Mediante o exposto, propomos:

- Compreendendo os limites constitucionais sobre as atribuições da cidade na área da segurança, o Psol defende que a política de segurança deve amparar-se no poder administrativo de que o município dispõe, criando leis próprias que garantam políticas públicas para o setor, fazendo investimentos em mobilidade urbana, iluminação pública, zeladoria de equipamentos públicos e incentivando o uso de câmeras para auxiliar na vigilância patrimonial e elucidação de eventuais crimes;

- Criação do aplicativo Marília Segura onde o cidadão pode acionar a prefeitura para relatar casos como vandalismo e depredação, iluminação pública precária, buracos nas ruas, necessidade de zeladoria e manutenção de equipamentos públicos e o botão do pânico, voltados a resguardar mulheres vítimas de violência doméstica e com medidas protetivas;
- Reestruturação da rede de proteção à mulher com casa de acolhimento para mulheres em situação de vulnerabilidade, delegacia da mulher com funcionamento 24 horas em local fora do complexo da Polícia Civil de forma a preservar a mulher vítima de violência doméstica evitando o constrangimento de se ter de ir a uma delegacia não especializada, regionalização das políticas públicas de proteção a mulheres, crianças e lgbtqi+ em parceria com os CRAS, de forma que não seja necessário o deslocamento ao centro para buscar auxílio;
- Reforma dos Conselhos de Segurança, trazendo novos atores sociais como pesquisadores, profissionais da segurança pública e cidadãos.
- Criação do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública possibilitando a construção de políticas públicas no âmbito regional uma vez que Marília é cidade polo e proporcionando melhores condições no diálogo com o governo estadual para as políticas públicas do setor.
- Elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública e criação do Fundo Municipal de Segurança Pública e do Sistema Municipal de Segurança Pública através de conferências sobre o tema.

Guarda Municipal

Quando se debate segurança pública nas eleições municipais, quase sempre a proposta apresentada se resume a criação de Guarda Civil Municipal, muitas vezes apresentada como aparelho repressivo e de atuação ostensiva semelhante a polícia militar, desconsiderando a real necessidade, viabilidade e relação custo/benefício do investimento. Para o Psol a proposta de uma Guarda Municipal deve ser discutida na elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública em debate com os órgãos de segurança pública já existentes na cidade, com a população e considerando os prós e contras de eventual medida. O Psol, no entanto, acredita que uma eventual Guarda Civil Municipal deve ser desmilitarizada e desarmada.

Apresentamos também a possibilidade de criação de guarda especializada sendo a Guarda Patrimonial, a Guardiã Maria da Penha, a Guarda de Trânsito e a Guarda

Ambiental, propostas estas que deverão ser apresentadas na elaboração do Plano e do Sistema Municipal de Segurança Pública.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é uma conquista importante das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil ao longo do processo de redemocratização do nosso país. Ela se encontra amparada pela Constituição Federal de 1988, ao lado da saúde e da previdência, como elemento importante da seguridade social e mecanismo de proteção das pessoas pauperizadas.

Ao longo da história brasileira, no entanto, a Assistência Social se encontrou relegada ao mero assistencialismo, à filantropia e à benevolência. Foi somente a partir da Constituição de 88 que passa a ser encarada como um direito das pessoas que já não conseguem vender sua força de trabalho, das que não conseguem renda suficiente para sua subsistência e das que não possuem condições de garantir sua própria existência. Foi regulamentada tardiamente, em 2003, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mas foi somente com a criação da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (2005) que foi efetivamente implementada como política pública. Essa política se baseia na execução descentralizada, seu financiamento é de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios e pretende organizar uma rede de serviços públicos e privados submetidos às LOAS. Entretanto, ainda há muito o que se avançar pois a Assistência Social, na prática, ainda se encontra bastante marcada por políticas de clientelismo, de favor e de primeiro-damismo que vão na contramão da Constituição e os princípios republicanos.

Será prioridade do nosso governo a estruturação de uma Assistência Social voltada aos interesses das camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora de Marília, aos grupos excluídos e marginalizados, às mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, idosos e crianças. Entendemos que a Assistência Social é um direito do cidadão e um dever do Estado e um governo socialista deve garantir o atendimento das políticas de Assistência de forma interseccional e intersetorial, articulando com todas as demais pastas de governo, bem como garantir mecanismos de participação popular nas decisões.

Desta forma, propomos:

- Fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social;
- Desenvolvimento do Plano Municipal de Assistência Social, com participação popular;

- Ampliar o número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na cidade, priorizando a demanda por carência social no território;
- Ampliar o Centro Pop para outras regiões do município e executar serviços com equipe técnica adequada;
- Estabelecer Observatório Municipal Socioassistencial;
- Reorganizar os serviços socioassistenciais do município conforme a tipificação nacional do SUAS;
- Instituir a Lei Municipal do SUAS em Marília;
- Efetivar a erradicação do trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Instituir campanhas de prevenção contra o assédio sexual de crianças e adolescentes;
- Ampliar os serviços para jovens e adultos com deficiência;
- Adequar os centros de acolhida à população em situação de rua conforme tipificação nacional, priorizando o trabalho de convivência, a ampliação do acolhimento em casas solidárias (para o restabelecimento de vínculo familiar e comunitário) e a busca de alternativas para projeto de vida;
- Propor uma política municipal de atendimento interssetorial de acolhida, emprego e moradia popular no centro da cidade para os imigrantes, refugiados e famílias de baixa renda;
- Implantar unidades de acolhimento institucional conforme tipificação socioassistencial do SUAS para grupos familiares e casais, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+, idosos com autonomia ou com dependência;
- Recompôr o quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social através de concurso público;
- Combater o assédio moral no trabalho com mecanismos de denúncia e controle;
- Fundo de Solidariedade passará a ser dirigido por um Conselho Deliberativo, sob a presidência de um cargo técnico da Secretaria de Assistência Social;
- Ampliar os recursos públicos do Fundo Municipal de Assistência Social progressivamente em 0,5% do orçamento municipal por ano;
- Informatizar a Prestação de Contas por meio de sistema municipal;
- Realizar a conferência municipal de Assistência Social com ampla participação social;
- Criar fóruns intersecretariais e intersetoriais (trabalhadores, usuários, população e gestores).

ECONOMIA, TRABALHO E RENDA

O trabalho é um elemento fundamental da existência humana. Pois ele é, antes de tudo, processo de transformação da natureza, criando as condições materiais dessa existência, de modo que sem trabalho é impossível a vida humana. Mas não é apenas a natureza que o trabalho transforma, e sim também o próprio ser humano, que através dele se expressa e desenvolve suas potencialidades latentes. Por isso, o trabalho é, em essência, um meio de realização e emancipação humanas. Em nossa sociedade, porém, homens e mulheres, apenas para poder sobreviver, são forçados a vender sua força de trabalho a outrem que com isso se enriquece e adquire poder social. Mas mesmo reduzido à condição de mero meio de subsistência, o trabalho não perde sua dignidade, pois continua sendo a fonte de tudo o que torna possível e boa a vida humana. Tampouco o trabalhador perde seu direito a uma vida digna e humana, e é para defender plenamente esse direito que surgem agremiações sociais e políticas que, como o Partido Socialismo e Liberdade, se dedicam precipuamente a essa sumamente honrosa tarefa. Se hoje existem legislações que procuram defender os direitos do trabalhador, de cujo suor provém toda a riqueza da sociedade, isso se deve exclusivamente à atuação histórica dessas agremiações, que sempre se constituíram como a única salvaguarda dos trabalhadores contra o ímpeto exploratório do Capital, que nunca exitou nem exitará em conduzi-los às mais degradantes condições de vida desde que isso lhe seja proveitoso e não haja disposições legais que imponham limite à sua ação. Essa situação se agrava consideravelmente em momentos de profunda crise internacional e nacional como o que vivemos, e mais ainda em países periféricos como o nosso, cujo papel no contexto global das nações sempre foi o de incrementar o crescimento e desenvolvimento das economias centrais por meio da mais crua super-exploração do trabalho.

Tudo isso se faz sentir hoje em todo o Brasil, mas de maneira bastante clara também em nossa cidade, que infelizmente nunca se caracterizou pelo respeito à dignidade e honra dos trabalhadores. A gravidade da crise se mostra em nosso município, por exemplo, no fato de que apenas 32% de sua população inclui-se no âmbito do trabalho formal, sendo que um terço dela possui renda per capita de até meio salário mínimo. Até mesmo problemas graves e crônicos de nossa sociedade, como sua reconhecidamente elevada taxa de suicídio possuem relação comprovada com a precarização das condições de trabalho, com sua intensificação desmedida e mesmo

com sua falta, que leva milhares de famílias a uma situação incompatível com a dignidade do ser humano. É para mascarar-se a triste realidade do desemprego que se lança mão de ficções sedutoras como a do “empreendedorismo”, segundo a qual um desempregado deixa magicamente de sê-lo tão logo adquira um cadastro de pessoa jurídica e comecemos a chamá-lo de “empreendedor”. Mas debaixo do ilusório guarda-chuva do empreendedorismo abrigam-se grandes contingentes de trabalhadores que não possuem nenhuma vocação para “empreender”, tampouco real interesse na atividade empresarial e muito menos os conhecimentos básicos para exercê-la, mas em relação aos quais o Estado passa a lavar as mãos sem nenhum drama de consciência, como se não tivesse nada a ver com sua situação.

Nossa posição, pelo contrário, é a de que o poder público municipal pode e deve tomar a si a responsabilidade pela resolução desses problemas, e é nesse sentido que apresentamos as seguintes propostas:

- Criação de postos de trabalho ligados a programas públicos que visem fomentar atividades de caráter cívico, cultural, de lazer e de exploração do potencial turístico de nossa cidade, que recentemente entrou oficialmente no rol estadual dos municípios de interesse turístico.
- Incentivo a projetos de economia solidária, à formação de cooperativas e pequenas empresas geridas pelos próprios trabalhadores.
- Recuperação de espaços públicos abertos e fechados no sentido de sua utilização para realização de feiras de artesanato, gastronomia e demais serviços capazes de gerar renda familiar.
- Criação de leis específicas pra artesanato e demais setores da economia criativa.
- Estabelecimento de incentivos fiscais para os setores produtivos acima mencionados, bem como esforço no sentido da formalização e profissionalização dos(as) trabalhadores(as) com eles envolvidos.
- Criação de mecanismos de interação entre artesãos e artistas locais.
- Implementação de estratégias de incentivo ao consumo da produção local.
- Criação de creches públicas de qualidade destinadas a possibilitar a atuação profissional dos(as) trabalhadores(as) formalmente empregados(as) ou independentes.

MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

As forças de destruição irracionais acumuladas pelo sistema capitalista ameaçam o conjunto da humanidade e a vida no planeta, de tal forma que a luta contra o capitalismo significa a luta em defesa da ecologia, do meio ambiente e da vida, contribuindo decisivamente na reorganização do trabalho.

Especialistas indicam que corremos risco de extinção e que até 2050 iremos viver em um planeta completamente escasso em recursos. Comprometemos as futuras gerações, inclusive a nossa. Envenenamos a terra, a comida, o ar e as águas, que para certas culturas são a própria divindade.

Vivemos um período de crises estruturais (econômica, social, política, ambiental, entre muitas outras), como o aquecimento global e o derretimento das geleiras, que somados a insanidade humana das queimadas da Amazônia e do Pantanal apontam para um futuro sombrio e com cheiro de colapso. É preciso dizer, hoje e pra ontem, um basta para ao capitalismo e para a economia verde.

O PSOL é um partido que nasceu comprometido com a pauta socioambiental, e esse compromisso foi expresso no programa de fundação do partido: “A construção de um ideário de superação do processo capitalista reúne hoje, além dos tradicionais pressupostos socialistas, um grande impulso ainda mais vital ligado à questão ecológica”.

De lá para cá, se foram 15 anos de muita luta e resistência, em defesa da natureza. Um Setorial Nacional Ecosocialista foi fundado, outros setoriais regionais foram sendo criados, muitos militantes dentro do partido e até mesmo tendências internas começaram a reivindicar o Ecosocialismo como horizonte estratégico de atuação política.

O PSOL se tornou referência de luta em defesa do meio ambiente. A nossa bancada federal esteve na linha de frente no Congresso Nacional atuando de forma incansável e quase sobre-humana diante da avalanche de retrocessos despejados pelo Governo Bolsonaro e seu antiministro Ricardo Salles.

Neste Plano pretendemos uma propor a reafirmação desse compromisso, fortalecendo o viés ecosocialista, municinando nossas candidaturas com discurso e ideias capazes de encantar num cenário de desencanto político, pela ousadia de seguir dizendo, em alto e bom som, que outra realidade é um sonho possível de se alcançar.

As propostas estão inseridas em eixos temáticos e dialogam, de alguma forma, umas com as outras. Em alguns casos essa conexão é evidente, em outros não, mas no fim todas elas fazem parte de um sistema que apresenta alternativas ecossocialistas, com o propósito de melhorar a vida das pessoas onde quer que vivam, ou seja, cidade, campo, floresta etc.

Buscando alcançar uma maior harmonia entre o ser humano e a natureza, com a certeza de que o envolvimento das comunidades e setores populares é fundamental para o enfrentamento às perversidades do Capital, reivindicamos uma sociedade que respeite a vida de forma integral e toda a sua diversidade. Ecossocialismo já!

Marília é uma cidade que tem 94% de seu território definido como zona rural e uma população de 240 mil de habitantes. Estamos situados numa bela região, acima das escarpas, com um amplo potencial para o turismo ecológico. Nascemos da expansão da economia cafeeira para o oeste do Estado de São Paulo e nos tornamos a Capital do Alimento. Este passado não tão distante já não é mais realidade. As indústrias alimentícias antes pujantes perderam espaço para o boi, o eucalipto e os call centers que nada produzem e exploram nossa juventude. Marília se encontra na posição 482 do ranking município verde azul, temos um baixo índice de arborização, um altíssimo índice de suicídios (atrelados ao intenso uso de agrotóxicos), assim como o Alzheimer (relacionado ao uso do alumínio).

Uma cidade para ser boa para nós, nossa família, nossos filhos e netos, precisa oferecer empregos dignos, justiça social e justiça ambiental. Queremos uma cidade com vida, diversidade de fauna e flora, árvores frutíferas e flores em cada esquina e hortas nas praças. Um bosque mal cuidado, um lago poluído e uma represa que se confunde com a avenida não satisfazem nossas necessidades de lazer e bem viver. A Felicidade do povo e qualidade de vida são mais importantes que o PIB. Vamos juntos! Construir uma cidade verdadeiramente sustentável e fazer com que a Terra seja bem cuidada por Todos e para Todos!

Para tanto nós do PSOL Marília propomos as seguintes ações:

Zoneamento

Zoneamento é um procedimento de ordenação do uso e ocupação do solo, destinado a fixar os usos adequados para as diversas áreas do solo municipal.

Como instrumento da política municipal de meio ambiente, o zoneamento ambiental especificará os usos e as restrições das áreas a serem preservadas, identificadas no Plano Diretor do município e nas diretrizes da legislação ambiental, estadual e federal.

Para executá-lo, iremos mapear os recursos territoriais no município, preparar o inventário dos lotes e glebas vazias nas zonas urbanas e de expansão urbana, caracterizar a zona rural, a definir das Áreas de Preservação Permanente (APPs), as áreas de proteção aos mananciais do município e, em caso fonte de abastecimento para outros, a vegetação significativa a ser conservada – parques, APA, estação ou reserva ecológica, áreas de várzeas, áreas degradadas por processo de erosão e por atividades de mineração.

Para a delimitação dessas áreas, será preciso determinar as mais adequadas para receber o lixo – aterro sanitário, usina de reciclagem do lixo – um dos mais sérios problemas ambientais enfrentados pelo município de Marília.

Como os outros instrumentos à disposição do Poder Público, o zoneamento ambiental deve ser submetido à audiências públicas, com publicação prévia do texto e com os comentários do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) para discussão e participação da população (previsto na Lei nº 4.468/1998 sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, que nunca foi implementado).

Assim sendo, nossas propostas são:

- Garantir à participação popular na elaboração dos Zoneamentos Ecológicos e Econômicos (ZEE): é necessário que as audiências públicas e a participação da sociedade civil, de modo geral, sejam elementos significativos para a formulação e implementação dos ZEE.
- Garantir que sejam adequadas às Áreas de Proteção Ambiental ocupadas onde houver ocupações consolidadas.
- Criar sete áreas verdes no município, descentralizadas pelo território e com gestão integrada para o melhor manejo ambiental.

- Garantir que haja uma adequação da política fundiária do município à política ambiental.
- Fortalecer a defesa do caráter público dos parques: contra as privatizações e concessões.
- Fortalecer os conselhos populares de gestão dos parques: garantir que todos os parques tenham Conselhos Gestores com representação da sociedade civil e que estes sejam deliberativos. As políticas ambientais devem ter protagonismo popular e sobrepor os interesses públicos ao capital privado.
- Criar parques e projetos de arborização nativa.
- Cumprir a fiscalização efetiva dos municípios sobre as Reservas Legais (RL): as Reservas Legais cumprem o papel de evitar o desmatamento e perda de biodiversidade.
- Implementar programas de auxílio para conversão de áreas degradadas buscando a restauração e recuperação do meio ambiente.

Participação Popular, Controle Social e Mecanismos de Governança Ambiental

A questão ambiental tem caráter multiespacial, intersetorial e de interesses difusos, o que requer uma mudança da cultura institucional para uma boa gestão ambiental. Para uma formulação adequada das políticas públicas ambientais trabalharemos para:

- Fortalecer o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES). O CADES será alçado como principal instrumento de definição da política ambiental de Marília com o conselho tendo o poder de decisão. Vamos transformá-lo num conselho deliberativo, onde o povo decidirá como a cidade cuidará de suas áreas verdes e destinará seu orçamento para as questões ambientais;
- Criar o Fundo Municipal do Meio Ambiente para o fomento de ações e trabalhos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável;
- Articular consórcios intermunicipais para a melhor eficiência e efetividades das políticas ambientais;
- Criar um conselho interssetorial para o meio ambiente para implementação e execução de políticas ambientais;
- Criar e instrumentalizar as licenças ambientais de empreendimentos com emissão significativa de GEE (Gases do Efeito Estufa) para o fomento das ações ambientais para fomentar políticas ambientais.

- Criar uma Agenda 21 específica para o município de Marília, definindo os 21 principais temas que devem ser tratados pela cidade no presente e no futuro.

Equipamentos Ambientais

- Criar novos parques e projetos de arborização: preferencialmente nas áreas de preservação permanente (cabeceiras de drenagem e borda da escarpa).
- Construir viveiros municipais de mudas para revitalização de áreas degradadas e arborização urbana, assim como para a distribuição para a população.
- Fortalecer a estação ecológica, situada na zona norte da cidade, aumentando os investimentos e criando outras estações.
- Criação de Zoológico para melhor controle de zoonose e como política de lazer.

Educação Ambiental

- Construir com participação da sociedade o Plano Municipal de Educação Ambiental Popular, integrando a educação ambiental às políticas ambientais do município na formação escolar, nos conselhos participativos e através de campanhas pontuais, sempre focadas em reflexões que passam pelo “reduzir, reutilizar e reciclar” vinculando esse mote às imposições da dinâmica do capital.
- Fomentar a criação de Escolas Técnicas do Campo, formando jovens camponeses como Assistentes Técnicos para atuar em suas comunidades e territórios.
- Incentivar a criação de projetos exclusivamente voltados aos temas ambientais, no contraturno escolar, como por exemplo; “horta escolar”, “educação ambiental”, “técnicas agrícolas de base ecológica”, com a finalidade de dar carga horária exclusiva para esses conteúdos, e contratando profissionais com formação para trabalhar com os referidos temas.
- Promover a identificação da flora e fauna local nativa e exótica, como meio de criar um vínculo entre a comunidade e a diversidade ambiental do município, especialmente em parques, praças e jardins.
- Realizar parcerias com as universidades para aproximar a comunidade do conhecimento técnico sobre as questões ambientais sensíveis e locais, através de projetos de extensão universitária.

- Dar suporte para as redes que promovem as trocas e doações de produtos usados como mecanismo de incentivo à economia solidária e da criação de modelos alternativos ao consumismo, reciclando e reutilizando.
- Reforçar a interdisciplinaridade da educação ambiental: a educação deve ter como um de seus propósitos a formação de uma perspectiva crítica acerca do modelo predatório de desenvolvimento e consumo.
- Promover a formação de Educadores Ambientais em comunidades e associações.
- Fomentar iniciativas ambientais por meio de editais municipais.

Agroecologia e Permacultura

A questão, a nosso ver, mais importante relacionada ao meio ambiente é a questão da Agricultura. No modelo econômico brasileiro ela se coloca como a grande economia estruturante, “o agro é pop”. Essa agricultura monocultora, latifundiária, que envenena nossas terras, alimentos, águas, ar, extermina populações de abelhas e outras espécies, além de envenenar o camponês de forma direta e indireta, está presente de forma determinante nas grandes estruturas que acarreta tamanha injustiça social e ambiental no Brasil.

Presente nas raízes mais profundas do que conhecemos como Brasil, essa agricultura latifundiária e construída com base do trabalho escravo indígena e africano, foi fundamental no avanço para o Oeste Paulista, que também foi impulsionado pela economia cafeeira. O Brasil aboliu a escravidão para não realizar uma grande reforma agrária que era (e sempre foi) uma grande demanda desde o final do século XIX.

A questão da alimentação no capitalismo se configura como um campo de disputa das indústrias alimentícias e entendendo que, por isso, há um anseio por parte dessas empresas de atrair a população e domesticar os corpos por via do paladar e cultura gastronômica, através dos seus alimentos industrializados. É necessário pensar ações de Soberania Alimentar, que visem expandir o consumo de produtos provenientes da agricultura orgânica familiar e camponesa para restaurantes populares, hospitais públicos e programas de assistência social.

Entendemos que é preciso voltar-se para a questão da agricultura com outro olhar, outro paradigma. Precisamos combater a concentração da propriedade das terras e principalmente a forma de plantar, com cada vez mais veneno, mais plantas alteradas geneticamente e menos trabalhadores no campo. Para tanto, propomos:

- Desenvolver um plano municipal de agroecologia urbana para caminhar para uma Transição Agroecológica de curto, médio e longo prazo, criando um programa de formação continuada em agroecologia, permacultura e sistemas agroflorestais.
- Fomentar as hortas urbanas, a permacultura, a agricultura orgânica, a agroecologia e os sistemas agroflorestais: pois esses modelos são mais integráveis aos ecossistemas locais e seus produtos não oferecem riscos à saúde humana – comprovando, assim, a existência de alternativas viáveis ao latifúndio e à monocultura.
- Realizar um amplo diagnóstico da arborização da cidade de Marília;
- Criar uma ampla política municipal de distribuição de cestas Agroecológica, com alimentos saudáveis e sem veneno para toda a população.
- Promover grandes investimentos para a recuperação de matas ciliares no entorno da cidade Marília.
- Construir grandes e amplos canteiros verticais nos muros ociosos da cidade, com frutos, ervas medicinais e muitas flores.
- Investir em hortas medicinais espalhadas pela cidade e em todos os equipamentos do SUS, para aumentar a qualidade de vida do Mariliense e desonerar seu gasto mensal com remédios, que muitas vezes consome grande parte sua renda mensal.
- Criar uma Lei que proíbe a pulverização aérea no município de Marília;
- Respeitar os direitos territoriais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas coibindo as atividades econômicas como agricultura e mineração que desarticulam as formas tradicionais de sociabilidade e integração ao meio ambiente.
- Incentivar a agricultura familiar orgânica e/ou agroecológica e à vida digna no campo com a aprovação imediata da aquisição de produtos oriundos da produção agroecológica e outras técnicas agrícolas de base ecológica (sistema agroflorestal, permacultura, agricultura biológica, biodinâmica, natural ou regenerativa), além de isenção de impostos para produtores que se enquadrem nessas categorias.
- Regulamentar o uso de áreas públicas (canteiros centrais, áreas debaixo de torres de transmissão, área marginal a linhas de trens etc.) e terrenos baldios por hortas urbanas e comunitárias.
- Formular leis restritivas ao cultivo de transgênicos e uso de agrotóxicos nocivos à saúde, não submetendo as populações ao consumo de alimentos não comprovadamente seguros e envenenados, e que representem ameaças à biodiversidade.
- Exigir a rotulagem de cultivos transgênicos.

- Garantir que o abastecimento da merenda das escolas municipais seja feito com alimentos agroecológicos e provenientes da agricultura familiar.
- Fomentar políticas que garantam a soberania alimentar do município, favorecendo a produção local e incentivando a produção agroecológica, visando garantir o direito ao alimento, segurança alimentar e nutricional.
- Determinar a obrigatoriedade da exigência em editais de alimentação para uso do município de alimentos oriundos da agricultura familiar. Nas localidades em que não houver condições de aplicação imediata, garantiremos uma transição com projetos de incentivo à agricultura familiar na região.
- Dentro dos editais da agricultura familiar, fortalecer editais específicos na valorização da produção familiar da circunscrição regional para os PNAE's (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
- Criar incentivos fiscais para a comercialização de alimentos orgânicos como medida do poder público para tornar estes produtos mais acessíveis e baratos.
- Criar incentivos fiscais com redução do IPTU para ruas que aceitem receber feiras municipais;
- Implementar, em parcerias com as CSAs (Comunidade que Sustenta a Agricultura), sacolões públicos que permitam ao produtor familiar orgânico e/ou agroecológico ofertar seus produtos diretamente ao cliente final, sem intermediários;
- Reestruturar os sacolões e feiras municipais de produtos orgânicos e agroecológicos;
- Garantir postos de saúde, escolas, lazer, cultura e esporte para a juventude camponesa, visando incentivar a manutenção da juventude do campo.
- Estabelecer critérios objetivos para aplicação de multas àqueles que alterem o ecossistema gerando desequilíbrios na agricultura familiar, especialmente a orgânica e/ou agroecológica, de acordo com a realidade de Marília e incluindo-os na Lei Orgânica Municipal.
- Criar o Fórum Popular do Campo, visando replicar de forma itinerante novas técnicas para a manutenção de áreas de agrofloresta, de produção orgânica e/ou agroecológica e apresentando avanços tecnológicos que possam contribuir na manutenção dessas áreas.
- Investir no fomento da formação de brigadas voluntárias anti-incêndio.

Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

Para o fortalecimento da política ambiental, de saneamento básico e resíduos sólidos, vamos formular junto com a sociedade civil Mariliense:

- Plano Municipal de Saneamento Básico para pensar como lidaremos com a questão do esgoto de forma universal para a cidade de Marília, além de lutarmos contra a privatização do Saneamento.
- Reformularemos, com participação popular, o Plano Municipal de Resíduos Sólidos que foi desenvolvido sem discussão com a sociedade e é uma cópia mal feita de outro plano de algum município de Santa Catarina.
- Implementaremos uma Política de cooperativas para os recicladores de resíduos, gerando renda, capacitação e aumentando a eficiência da coleta de resíduos no município;
- Construiremos diversos ecopontos descentralizados pela cidade com a finalidade de ampliar a coleta seletiva de resíduos.
- Faremos valer a legislação que regula a questão da Logística Reversa, que obriga os grandes produtores a darem conta dos resíduos que comercializam.

Recursos Hídricos

O Brasil tem cerca de 15% de toda a água doce do mundo. Muitos dizem que a próxima guerra mundial será por causa da água, ou pela falta dela. O Planeta está aquecendo, o regime de chuvas alterado e o risco de escassez hídrica é quase certo num futuro próximo. Para além dos fenômenos ambientais, a Coca-cola e a Nestlé, em companhia de outras grandes corporações, estão ávidas pela privatização das águas pelo mundo todo, principalmente no Brasil. Nos colocamos na luta pela água como um Bem Comum e pelo bom uso deste recurso. Propostas:

- Criaremos o Fórum Popular das Águas, que terá poder deliberativo em relação a todas as questões envolvendo a água, em toda a sua diversidade de uso e de cuidados.
- Criaremos os Comitês Populares de recursos hídricos e saneamento, que buscarão uma integração com os comitês de bacias hidrográficas estaduais já existentes.
- Criaremos políticas para a proteção e recuperação do Rio Tibiriçá e do rio do peixe.
- Criaremos Política específica para a Conservação e recuperação do potencial hídrico do município: por meio da proteção de nascentes, corpos d'água e reservatórios, promovendo a defesa da vegetação nativa.

- Incentivaremos com campanhas e isenções fiscais a criação de reservatórios de água da chuva (Cisternas) em propriedades urbanas e rurais, principalmente em regiões com dificuldade de acesso à água potável, a partir de campanhas de conscientização e mecanismos de isenção fiscal.

Desenvolvimento Sustentável, Infraestrutura e Urbanismo

Para que exista um Desenvolvimento efetivamente Sustentável é preciso repensar as estruturas das cidades e da Sociedade. Somos produtos do nosso comportamento coletivo. Nosso modelo de cidade é sintomático do nosso modelo de desenvolvimento. A Dinâmica do Capital determina os territórios e tudo o que há nele, inclusive nós mesmos, Para termos uma cidade que ofereça uma boa vida precisamos de um processo de urbanização mais humano e que respeite o meio ambiente, para tanto propomos:

- Realizaremos grandes investimentos para que Marília se torne um polo de tecnologia verde e sustentável com grande destaque para as energias renováveis;
- Faremos uma Pavimentação drenante/ permeável em áreas vulneráveis a alagamentos: estenderemos para áreas que estejam pelo menos 100 metros das áreas de preservação permanente (cabeceiras de drenagem e bordas das escarpas).
- Desenvolveremos um Planejamento habitacional que não comprometa a preservação das áreas de mananciais e áreas verdes, estendendo para até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais, nas bordas das escarpas (Itambés) do Planalto de Marília.
- Viabilizaremos alternativas habitacionais para que as famílias não construam suas moradias em áreas de risco. Em Marília as principais áreas de risco são as bordas e o sopé das escarpas. Com a expansão área urbana, a população em situação de vulnerabilidade urbana é levada para o sopé (baixada) do planalto, sujeitas a deslizamentos.
- Revitalizaremos a Ferrovia para transporte urbano entre os bairros de Marília e as cidades da região, oferecendo transporte rápido e de qualidade, com baixo custo econômico e baixo impacto ambiental, impulsionando ainda a atividade econômica da região.
- Incentivaremos o uso de energia solar para todos, com baixo custo a partir de programas municipais de isenção fiscal e aporte de recursos.

Ecoturismo

Marília tem uma grande potencial de ecoturismo, e deve ser estimulado a fim de aumentar a capacidade de preservação ecológica da cidade e aumentar o índice de atividade econômica na cidade e na região, aumentando os salários e a oferta de emprego para Marília.

Trabalharemos com Planos ecoturísticos sustentáveis de forma integrada com as áreas em recuperação, parques, viveiros, hortas comunitárias e outras políticas ambientais do município gerando renda a cidade e promovendo a preservação de seus ecossistemas.

DIREITO DOS ANIMAIS

Podemos dividir os animais em três categorias, os de companhia (cães, gatos, aves domésticas, peixes de aquário, etc.), os de produção (gado, aves de corte, suínos etc.) e os silvestres que eram donos do planeta antes do ser humano invadir o território deles com nossas cidades.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária estabelece cinco leis do bem estar animal para todos os tipos de animais:

- Estar livre de fome e sede;
- Estar livre de dor e doença;
- Estar livre de desconforto;
- Estar livre de medo e de estresse;
- Ter liberdade para expressar os comportamentos naturais da espécie.

O respeito ou não às leis de bem estar animal está intimamente vinculado com a relação entre os animais e o ser humano, entendendo que cada animal possui sua própria fisiologia e suas próprias necessidades, de acordo com a espécie.

Outra questão relevante, em relação à presença de animais silvestres no município é o desequilíbrio ambiental causado pelos humanos que desestabiliza as cadeias alimentares. Por exemplo, o excesso de quatis no bosque municipal é consequência da falta de predador natural para aquela espécie. Por vezes, também, outros animais silvestres aparecem em território urbano em busca de alimento desta

forma, desequilíbrio das cadeias alimentares pode causar acidentes com cobras, escorpiões ou demais animais que vão para o ambiente urbano em busca de alimento.

Em Marília, fazem dois anos e meio que não há campanha de vacinação antirrábica para cães e gatos. Desde 2019 a ANVISA aprovou um tratamento de leishmaniose visceral, mas desde então o município não realizou nenhuma ação em relação a essa doença transmissível para humanos, nem mesmo identificação do animal portador. Também, o bosque municipal, que é um importante instrumento de recepção de animais para tratamento, encontra-se sem manutenção.

É necessário abordarmos com seriedade o tema dos direitos dos animais para a construção de uma Marília sustentável e que respeite todas as vidas!

Propostas:

- Oferecer apoio organizativo às Associações de Defesa dos Direitos dos Animais;
- Realizar campanhas educativas sobre a presença de animais silvestres no ambiente urbano e o protocolo a ser seguido;
- Realizar campanhas de vacinação antirrábica periódicas;
- Realizar investimentos para melhorar a estrutura do bosque municipal para otimizar políticas de recepção, cuidados e soltura de animais;
- Construir política permanente de combate à leishmaniose visceral;
- Incluir o Direito dos Animais no currículo da rede municipal de ensino, na perspectiva de prevenir maus tratos e construir uma cidade que respeite os animais tanto domésticos como silvestres;
- Oferecer suporte para a adoção de animais abandonados e coibir quaisquer forma de maus-tratos;
- Apoiar campanhas de castração e vacinação de animais;
- Promover a reinserção de animais silvestres em seu habitat natural;
- Estimular e apoiar a criação de hospital veterinário público;
- Construir parques municipais com acesso à animais domésticos “parcão”;
- Orientar e incentivar a redução do consumo de carne;
- Definir que as escolas públicas adotem campanhas que promovam a diversificação alimentar, que atendam às necessidades nutricionais das crianças, promovendo alternativas para além da proteína animal e dos alimentos convencionais;
- Fornecer todos os dias nas escolas opção vegana para crianças com essa restrição e prever no planejamento de nutrição que as segundas-feiras sejam sem carne e derivados.
- Ampla Campanha de vacinação antirrábica dos animais na rua e domiciliares;

- Política de valorização do bosque que atualmente se encontra em estado de abandono. Investiremos grandes recursos para a recuperação de fauna e flora, para um melhor manejo, além de transformá-lo em um grande centro de educação ambiental;

CULTURA, ESPORTE E LAZER

Entendemos por cultura um conjunto de saberes, práticas, tradições, obras e costumes por meio dos quais a experiência do viver humano se conserva e se transmite através dos tempos. Ela é, portanto um elo universal de ligação dos seres humanos entre si e deles com seu passado e seu futuro, de modo que apenas por meio dela a vida humana adquire seu caráter genuinamente humano.

Apenas através do acesso à cultura pode o indivíduo sentir-se efetivamente participante da História de seu povo, de sua nação e da humanidade como um todo. Assim sendo, consideramos o acesso à cultura como direito humano fundamental que deve se estender sem exceções a todos os cidadãos de uma comunidade, sendo dever do poder público zelar para que esse direito seja integralmente respeitado.

Coisa semelhante se pode dizer em relação ao esporte, que, apesar de ser essencialmente parte integrante da cultura, merece atenção especial, pela sua especificidade. O direito à prática esportiva deve ser considerado como direito à saúde física e mental, direito ao lazer e a convivência lúdica e prazerosa entre os membros de uma comunidade.

A atual gestão municipal, entretanto, falha flagrantemente em seu dever de garantir esses direitos à população mariliense. Dados públicos e oficiais demonstram que a verba destinada atualmente à secretaria de cultura e à de esporte e lazer são ambas significativamente inferiores à verba de gabinete da prefeitura.

Tal escandalosa inversão entre meios e fins torna manifesto que a atual gestão municipal considera mais importante bem remunerar seus assistentes diretos do que prover aos marilienses dos meios necessários para sua realização e emancipação como seres humanos.

A fim de corrigir por completo essa anomalia, apresentamos as seguintes propostas:

- Ampliação da verba destinada à cultura e ao esporte.
- Ampliação da composição e das atribuições do Conselho Municipal de Cultura, transformando-o em órgão deliberativo e efetivamente participante da gestão da cultura em Marília.

- Recuperação, modernização e aparelhamento dos espaços culturais já existentes, criação de novos espaços, incluindo espaços abertos com capacidade para receber grande público com segurança (conchas acústicas, teatros de arena, etc...).
- Promover a máxima acessibilidade possível à cultura e atividades culturais a todo cidadão mariliense.
- Promoção de programas públicos de exibição e difusão da arte em todas as suas modalidades e procedências, priorizando, no entanto, a produção artística nacional e local.
- Criação de um Conselho Curador do Teatro Municipal de Marília, com atribuição de elaborar uma política cultural para o Teatro no sentido de sua utilização plena com ampla programação gratuita de exposições artísticas de alto nível, permitindo e facilitando o acesso de grupos e coletivos artísticos locais à sua agenda.
- Incentivo institucional ao Cineclube Marília, o mais antigo em atividade do país, dotando-o de plenas condições materiais para o desenvolvimento de suas atividades e preservação de sua riquíssima história.
- Amparo governamental à pesquisa teórica e de campo em paleontologia em nossa região, com vistas à criação de um pólo de estudos avançados nessa área, e dotando o Museu de Paleontologia de Marília da infraestrutura a que faz jus tendo em vista a relevância de seu acervo.
- Programa de aproveitamento das áreas limítrofes aos vales e Itambés de nossa região para criação de parques públicos destinados à recreação, atividades físicas e artísticas e contemplação das belezas naturais.
- Criação de oficinas culturais permanentes, devidamente aparelhadas, voltadas ao ensino gratuito de artes.
- Recuperação, modernização e aparelhamento dos espaços públicos destinados ao esporte e criação de novos espaços.
- Promover a unidade e integração das ações das secretarias municipais de esporte, saúde, cultura e educação.

CULTURA INDÍGENA

Ainda dentro do tópico “Cultura”, julgamos necessário incluir um subtópico especialmente voltado à cultura indígena, que, por sua grandeza e relevância, tanto no plano histórico quanto no humano, constitui-se em patrimônio cultural de suma importância para a formação do cidadão mariliense.

A região de Marília, assim como todo o Planalto Ocidental Paulista, era habitada por diversos grupos indígenas, na sua maioria pertencente a sociedades do Tronco Linguístico e Cultural Macro-Jê, com muito pouco contato com a sociedade nacional até o início do século XX. Estes contatos, sempre conflituosos, haviam-se dado até então com expedições exploratórias, desde o tempo das “bandeiras paulistas”, que desciam os rios Tietê e Paranapanema rumo ao Mato Grosso em busca de riquezas minerais e de escravos indígenas.

Porém, a partir da implementação dos projetos de ocupação de territórios no Planalto Ocidental Paulista, com a construção da ferrovia “Noroeste” e dos prolongamentos das ferrovias “Paulista” e “Sorocabana”, novos exércitos “bugreiros” foram formados. Desta vez, financiados por especuladores de “novas” terras, associados ao governo do Estado e a empresas colonizadoras, que visavam grandes lucros com os projetos de imigração estrangeira, passaram impiedosamente a caçar e matar os indígenas que ocupavam a região. Tal processo Culmina num genocídio indígena, em pleno século XX, responsável por uma “limpeza” étnica, que resultou no quase desaparecimento dos povos indígenas que ocupavam essa região, denominados pejorativamente por “bugres” ou “Coroados”, que em poucos anos foram mortos em conflitos ou acometidos por epidemias de gripe, varíola e sarampo.

O SPI (Serviço de Proteção ao Índio), órgão indigenista governamental idealizado pelo Marechal Rondon e que antecedeu a FUNAI, foi criado em consequência deste genocídio, formou frentes de pacificação no intuito de evitar o completo extermínio desta população. Um pequeno contingente de seus descendentes, denominados atualmente por “Kaingang de São Paulo”, foram “aldeados” em duas terras indígenas, Vanuíre e Icatu, criadas com o propósito de abrigá-los, nos municípios de Arco-Íris e Braúna.

Porém, a maioria dos sobreviventes destes massacres, viu-se praticamente obrigada a torna-se “mão de obra” para a derrubada das florestas e abertura de fazendas

na região, que acabou por incorporá-los como “trabalhadores braçais”. Posteriormente, com o êxodo rural, seus descendentes passaram a integrar os contingentes de trabalhadores urbano-industriais nas cidades que surgiram e cresceram na região. Este processo acabou diluindo suas culturas e organizações sociais na dinâmica de sua incorporação ao cotidiano das fazendas e cidades.

Marília, assim como todas as cidades do Oeste Paulista, tem, portanto uma dívida sociocultural histórica para com os descendentes destas populações, pois parte significativa de suas próprias populações descende delas. Além disso, apesar de Marília não ter dentro dos limites de seu município nenhuma terra indígena demarcada, as Terras Indígenas Vanuíre e Icatu, que contam com uma população indígena significativa, se encontram em sua macrorregião. Assim como o Museu Índia Vanuíre, localizado na cidade de Tupã, um museu de etnologia e história indígena, criado em homenagem aos povos indígenas que viviam na região, que possui rico acervo e excelência na qualidade de gestão.

Também em nossa região encontramos a Terra Indígena Araribá, localizada entre Marília e Bauru, no município de Avaí, criada em 1913. Trata-se da primeira terra indígena delimitada pela República brasileira. Criada pelo SPI, num território Kaingang, no intuito de também abrigar um grande contingente indígena Tupi-Guarani, que se encontrava em conflitos com a população invasora de suas terras localizadas na região sudoeste do Estado, onde se encontram atualmente os municípios de Itaporanga e Barão de Antonina.

Na Terra Indígena Araribá foram realizados os primeiros estudos antropológicos no Brasil. Lá vive e trabalha uma população indígena formada por representantes Tupi-Guarani e Terena, além de descendentes dos sobreviventes Kaingang e de outras etnias que habitavam a região. Seus representantes são bastante atuantes na manutenção, valorização e divulgação de suas culturas.

Neste sentido, apresentamos as seguintes propostas:

- Inclusão da temática indígena nas escolas, cuja abordagem deve se dar com seriedade, respeito e profundidade.
- Capacitar os professores para esta abordagem;
- Propiciar visitas regulares de professores e alunos da rede pública às terras indígenas da Região (TI Araribá, em Avaí e TI Vanuíre, em Arco-Íris) e ao Museu Índia Vanuíre, localizado em Tupã;

- Propiciar a vinda regular de representantes destas Terras Indígenas para apresentações culturais e educativas nas escolas públicas, Teatro Municipal, Biblioteca Municipal e em eventos municipais;
- Desenvolver Projetos Educativos e Culturais em parceria com as escolas destas terras indígenas, especializadas nestas temáticas;
- Desenvolver Projetos Socioambientais em parceria com representantes destas comunidades, especialistas em agroecologia, implantação de sistemas agroflorestais, recuperação de ambientes degradados, produção e manejo de plantas comestíveis, medicinais etc.

SERVIÇO PÚBLICO

Os trabalhadores nos Serviços Públicos de Marília somam aproximadamente 10.000 se forem considerados os Servidores Públicos efetivos e trabalhadores terceirizados que também prestam serviço ao município. Nesse universo estão os trabalhadores da limpeza pública e manutenção da cidade, estão também os profissionais da educação, saúde e assistência social, do abastecimento de água da cidade e outros setores essenciais para o funcionamento da cidade. Nos últimos anos esses trabalhadores tem sido vistos apenas como números pelos políticos tradicionais, seja na hora de discutir o orçamento público ou em momentos como o atual onde cada servidor acaba reduzido a um voto. O Psol através de Nayara Mazini vem com a proposta de dar voz e protagonismo aos invisíveis, e não há como se falar de valorização do serviço público sem ouvir esses profissionais que mesmo sofrendo ataques e sem as devidas condições continuam a prestar o serviço e cuidar da cidade com compromisso e zelo.

O Psol entende que a primeira medida necessária é reestabelecer o espaço de escuta e diálogo com os trabalhadores, pois o Governo do PSDB tem tratado esses trabalhadores não como gente que cuida da cidade, mas como aliados, se o servidor defende o Governo, e inimigo, se o mesmo defende o serviço público e não os políticos, Marília tem desafios a serem enfrentados pelo próximo governo, que vão desde a necessária Reforma da previdência Municipal até a aprovação do esperado Plano de Cargos e Carreiras do funcionalismo público municipal, e mantendo o compromisso de diálogo com os trabalhadores e suas representações classistas o Psol apresenta para essas eleições as seguintes propostas para a valorização dos Servidores Públicos Municipais de Marília.

Assim, propomos:

- Recuperação do Instituto de Previdência com o pagamento da dívida e o repasse regular das contribuições e aportes, além da reforma do Instituto permitindo maior participação dos trabalhadores nas decisões do Instituto e assegurando maior autonomia e transparência para o IPREMM.
- Revisão dos contratos de terceirização para avaliar a relação custo/benefício dos mesmos para o município, a necessidade de terceirização e se as empresas contratadas

estão cumprindo a legislação trabalhista. Trabalhador terceirizado também é trabalhador do Serviço Público.

- Recuperação do Serviço Municipal de Saúde do Trabalhador com atenção especial a saúde mental dos trabalhadores no Serviço Público Municipal, e buscando compreender e tratar das causas de adoecimento dos Servidores, formação, capacitação e valorização das CIPAS.

- Aproveitar o ano de 2021 para estudo e apresentação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários do funcionalismo público municipal, com foco na correção de distorções e a valorização dos Servidores no curto, médio e longo prazo. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários deve estimular a formação dos trabalhadores no Serviço Público Municipal com a valorização dos rendimentos, mas também oferecer oportunidades para que os servidores possam se qualificar melhor através de parcerias com a universidade pública. Cabe destacar que a Lei 173/00 impede que o plano de cargos e carreiras seja executado em 2021, portanto esse período deverá ser utilizado para os devidos ajustes na proposta que se encontra na Câmara Municipal de Marília com a participação dos trabalhadores e do Sindicato.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

MULHERES

“Não haverá futuro feminino se, em meio à crise da pandemia, as mulheres forem menosprezadas!”

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. (Simone de Beauvoir)

A cidade de Marília possui maioria de Mulheres em sua população, totalizando 52,5% do eleitorado de acordo com dados do TSE. No entanto há pouca representatividade feminina nos espaços de poder da cidade. Em 2020, há apenas uma vereadora no poder legislativo e uma secretária de governo (na pasta de Assistência Social) formando o poder executivo, ambos os poderes constituídos por uma ampla maioria de homens. Além do mais, Marília nunca teve uma candidata mulher para o cargo de prefeita municipal.

Mas não basta a mera eleição de mulheres para os cargos públicos, é necessária a construção de políticas que de fato representem os anseios das mulheres trabalhadoras, mães, negras, periféricas e mulheres LBTQIA+. Articulando políticas de ampliação da representatividade nos cargos diretivos com todas as demandas concretas, como as da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Cultura, da Geração de Renda e da Segurança Pública. Entretanto o conservadorismo na política com sua defesa acrítica a um determinado modelo de família nuclear, a falsa polêmica sobre as questões que envolvem o aborto legal e os direitos da mulher acabam por limitar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres. Universalidade, integridade e laicidade devem pautar as políticas para as mulheres, a fim de reduzir a violência doméstica e familiar, bem como a desigualdade de gênero presente em nossa sociedade, compreendendo a articulação entre gênero, raça e classe na base de nossa sociedade.

Entende-se por violência contra a mulher qualquer violência em razão do gênero, seja uma agressão física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma em cada três mulheres no mundo já

sofreram algum tipo de violência física ou sexual, seja em casa, em suas comunidades ou no ambiente de trabalho. No Brasil, do total de registros feitos através do número telefônico 180 em 2018, 67,43% era relacionado à violência doméstica. É também importante cruzar os dados sobre violência contra a mulher e as estatísticas relacionadas aos crimes de racismo. Entre 2007 e 2017, por exemplo, enquanto o número feminicídio de não negras cresceu 4,5%, o feminicídio de mulheres negras cresceu 29,9% de acordo com a Atlas da Violência 2019, IPEA, 2019. No Relatório Violência Doméstica e familiar contra a mulher, Instituto de Pesquisa Data Senado, 2017, entre as 1.116 mulheres entrevistadas 57% das mulheres brancas afirmaram que sofreram violência física, entre as mulheres negras a taxa foi de 74%.

Com a quarentena em virtude da pandemia de Covid-19, agravaram-se os índices de violência doméstica contra mulheres, também se elevaram os riscos de crianças e adolescentes tornarem-se vítimas de abuso por familiares ou pessoas próximas. O impacto da pandemia recai de forma prioritária sobre as mulheres, especialmente sobre as que se encontram em maior vulnerabilidade.

Quando não estão no grupo de risco, mulheres estão na linha de frente dos cuidados prestados aos infectados pelo vírus: 70% do quadro de profissionais de saúde é composto por mulheres no Brasil e 84,7% dos auxiliares e técnicos de enfermagem são mulheres no país (Perfil da Enfermagem no Brasil, Fiocruz). Além disso, 85% dos cuidadores de idosos do Brasil são mulheres (Extinto Ministério do Trabalho, 2017). Além das profissionais de cuidado remuneradas, em casa, as mulheres também são as principais agentes de cuidados da família. Mulheres e meninas dedicam gratuitamente 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado, de acordo com relatório da Oxfam, 2020. Enfrentando essa realidade também aparecem mais de 11 milhões de famílias brasileiras compostas por mães solo, que não têm com quem compartilhar o trabalho dentro de casa. Por esse motivo, mulheres sofrem diretamente com a sobrecarga, exaustão e estresse diários.

Enquanto estratégia de política para as mulheres, defendemos a transversalidade em relação a todas as políticas públicas municipais em todos os âmbitos, devendo ser pensada em todos os setores da administração pública. Urgentemente, precisamos nos unir e mostrar que nosso compromisso com a agenda das mulheres é inegociável!

Participação política

- Fortalecer o Conselho Municipal da Mulher, como espaço autônomo, democrático e representativo das mulheres de Marília, central para propor, construir e fiscalizar políticas públicas para as mulheres.
- Criação de uma Secretaria Municipal de Mulheres e Igualdade de Gênero para articular e executar políticas públicas para as mulheres.

Igualdade de gênero:

- Promover a equidade de gênero implementando políticas de igualdade salarial no serviço público e valorização da mulher trabalhadora nos serviços públicos.
- Promover a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres.
- Construir rede de restaurantes populares e oferecer cozinhas e lavanderias coletivas nos bairros.
- Direito à amamentação digna, incentivando e fiscalizando a aplicação portaria 193, de 23 de fevereiro de 2010 do Ministério da Saúde, que prevê salas de amamentação nas empresas e espaço próprio.
- Capacitar e qualificar profissionalmente as mulheres, inclusive nas áreas consideradas tradicionalmente como masculinas, garantindo a inclusão digital e observando as especificidades geracionais, culturais, territoriais e étnico-raciais.
- Realizar campanhas para estimular a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres.
- Valorizar o trabalho doméstico remunerado e incentivar a formalização das empregadas domésticas.
- Estímulo à participação profissional das mulheres nos esportes.
- Apoio a programas de fomento à produção e difusão cultural para a promoção da igualdade e valorização da expressão das mulheres, sua diversidade e sua contribuição social, política, econômica e cultural.
- Promoção do acesso das mulheres a políticas de regularização fundiária urbana e rural, com prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Educação:

- Promover a formação inicial e continuada de estudantes, gestoras/es, profissionais da educação e conselhos escolares para as questões de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e para o respeito às pessoas idosas e com deficiência.
- Implementar políticas e serviços de mobilidade, integração e socialização das mulheres idosas e com deficiência.
- Promover o acesso à educação formal às mulheres com idade acima de 40 anos.
- Enfrentar o racismo institucional e seus impactos sobre as mulheres.
- Ampliação de vagas em creches de tempo integral e oferecimento de matrículas em creches no contraturno para o acesso das mães ao mercado de trabalho e estudos.
- Debate de gênero nas escolas, com os PPP (Projeto Político Pedagógico), com garantia da Transversalidade dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e de livros didáticos livres de discriminação.

Saúde:

- Fortalecer e implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM, considerando as mulheres em sua diversidade.
- Promover os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminações.
- Contribuir para a redução da gravidez na adolescência por meio da conscientização, educação e acesso a métodos de prevenção da gravidez não desejada e planejamento familiar.
- Assegurar que hospitais públicos tenham o serviço de abortamento legal com tratamento digno.
- Assegurar partos humanizados, pautados em evidências científicas e que promovam a autonomia da gestante e puérpera, com a regulamentação da atividade das doulas.
- Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade das mulheres no município, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminações.
- Promover a ampliação, qualificação e humanização das ações de atenção integral à saúde das mulheres na rede pública e privada.
- Atendimento humanizado e respeito para mulheres transexuais e travestis deve ser obrigação e prioridade do Estado, informando e conscientizando toda a sociedade, bem

como profissionais de saúde, trabalhadores e gestores do SUS, sobre garantias ao atendimento, considerando as especificidades de saúde dessa população.

- Implantar um serviço psicológico especializado nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para mulheres em situação de violência que tenham desencadeado quadros psicossomáticos provenientes das violências sofridas.
- Garantir a Atenção Integral à Saúde da Mulher, qualificando os serviços de saúde e atendendo às especificidades de gênero, étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual e das mulheres com deficiência.
- Implementar sistemas e mecanismos de gestão eficazes e eficientes que permitam a melhoria do atendimento pelos profissionais da saúde, agilidade na marcação de consultas, na realização e resultados de exames, e possibilitem o acompanhamento por parte das mulheres.
- Implantar um projeto de atendimento à saúde mental das mulheres, considerando as perspectivas de gênero, etnia, geracionais, de orientação sexual e especificidades de pessoas com deficiência.

Combate a todas as formas de violência contra as mulheres.

- Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.
- Garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.
- Realizar diagnóstico situacional de violência contra as mulheres no município.
- Elaborar o Plano Municipal Integrado de enfrentamento à violência contra mulher.
- Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, especialmente às mulheres da periferia e do campo.
- Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento.
- Atuar juntamente com os órgãos de segurança pública para garantir maior acolhimento das mulheres vítimas de violência, trabalhando pela construção de uma Delegacia da Mulher 24 horas, em prédio autônomo.

- Desconstruir mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher, promovendo uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz.
- Prestar atendimento às mulheres que têm seus direitos humanos e sexuais violados, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos na perspectiva da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sobre sua sexualidade.
- Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e autonomia.
- Construir uma Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência com protocolos unificados entre assistência social e saúde, garantia de auxílio-aluguel ou outras políticas de segurança habitacional.
- Capacitação de servidores públicos municipais para agirem diante das situações que envolvam mulheres vítimas de violência.
- Construir centros de referência e cidadania de mulheres, casas de passagem e casas abrigo, com equipes multidisciplinares.
- Ampliar e efetivar legislação antiassédio.
- Reordenar as paradas dos transportes públicos coletivos, a fim de que estejam localizadas em espaços iluminados e de fácil acesso para as mulheres, bem como instituir a possibilidade de a mulher usuária do transporte público escolher o local de descida do ônibus à noite.
- Requalificar a iluminação pública, evitando logradouros escuros e que exponham as mulheres a riscos de violência.

Conteúdo, referências e contribuições:

- . Eva e Olga. MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA: os agravantes de desigualdades, os catalisadores de mudanças.
- . Boulos e Erundina. Proposta de Política Pública Inclusiva na Área da Deficiência Município de São Paulo. GESTÃO 2021/2024.
- . Prefeitura de Teresina. I PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES. 2015 – 2019.
- . Contribuição do Setorial de Mulheres do PSOL de São Paulo para o Programa dos Municípios.

LGBTQIA+

A igualdade de direitos, o respeito, a liberdade e a cidadania plena para a população LGBTQIA+ é um dos parâmetros fundamentais que nos permitem avaliar a qualidade de uma democracia do século XXI. E, nesse quesito, o Brasil não apenas está muito aquém do desejável – e muito atrás de outros países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai –, como também tem mostrado sinais de retrocesso, no mesmo período histórico em que boa parte da região avançou. Em que pese algumas importantíssimas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça com relação a direitos civis, como o casamento igualitário e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans, o panorama da política brasileira em relação à diversidade é assustador.

Ao longo das últimas décadas, foi se impondo um sistema de “governabilidade”, como parte fundamental do “presidencialismo de coalizão”, que deu a setores ultraconservadores, fundamentalistas religiosos e neofascistas um antidemocrático poder de veto com relação aos direitos LGBTQIA+, entre outras agendas libertárias. Apesar das decisões do STF e do CNJ, que regulamentaram na prática direitos fundamentais, o Congresso Nacional continua omissos em relação a esses avanços e se recusa a incluí-los na letra da lei. Programas e políticas públicas de inclusão e garantia de direitos que tinham começado no início dos governos petistas foram desmantelados para preservar a coalizão governista no parlamento (o caso mais destacado foi o programa “Escola sem homofobia”), o que não impediu que esses mesmos setores ultraconservadores apoiassem depois o golpe contra o governo Dilma. Com a posse ilegítima do de governo do presidente Temer, a situação piorou.

Na contramão dos países vizinhos e de quase todo o mundo ocidental, o Brasil, em vez de discutir direitos, discute absurdos, como o projeto fascista “Escola sem partido”, a “cura gay”, o “orgulho hétero” e leis municipais e estaduais que querem banir qualquer política de valorização da diversidade, educação sexual inclusiva e combate ao bullying LGBTQI-fóbico nas escolas, que os fundamentalistas chamam de “ideologia de gênero”.

Com Michel Temer, a vida das LGBTQIA+ ficou ainda pior. O segmento foi diretamente afetado pelo desmonte total das leis trabalhistas, do SUS e SUAS e pelo congelamento de investimentos sociais por 20 anos. Intensificam-se projetos como o “Escola Sem partido”, que proíbem também o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas. Movimentos como o MBL intensificaram campanhas contra a “ideologia de gênero” em exposições de museus e outras expressões artísticas.

Jair Bolsonaro se elegeu para a presidência da República com um discurso LGBTfóbico, machista, racista e facistóide, construindo uma política que impõe medo e efetivamente destrói direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, mulheres, negros e negras e LGBTQIA+.

Bolsonaro e a extrema-direita são contra os direitos da população LGBTQIA+ e os debates sobre respeito à diversidade nas escolas. Não à toa, a Ministra mais popular é a Damares, cujo lema é “Menino veste azul e menina veste rosa”, uma concepção estreita e fundamentalista de gênero.

O avanço do fundamentalismo veio acompanhado de tragédias como o assassinato de Marielle Franco em 2018, vereadora pelo PSOL, mulher, negra e LGBTQIA+. Queremos saber: quem mandou matar Marielle?

A militante trans negra e integrante da coordenação da setorial, Allany Thayze, teve de exilar-se na Europa devido a perseguições e tentativas de assassinato por causa de sua militância.

Em 2019 de acordo com dados sistematizados pelo Grupo Gay da Bahia, pelo menos uma pessoa LGBTI+ foi assassinada por dia no Brasil só por ser LGBTI+. As nossas pessoas trans tem expectativa de vida de 35 anos, sendo São Paulo o Estado com a maior incidência dos assassinatos dessa população.

Já na cidade de Marília, marcada pelo conservadorismo e pelo coronelismo regional a população LGBTQIA+ se encontra desamparada em relação à legislação local e políticas públicas de combate às violências psíquicas, patrimoniais e físicas que essa população sofre todos os dias.

Por reflexo da LGBTfobia, essa população possui maiores chances de desenvolver depressão, ansiedade e mais risco de suicídio. Neste sentido cumpre

enaltecer o trabalho que vem sendo realizado pelo Ambulatório especializado no Hospital das Clínicas de Marília, que vem auxiliando a população LGBTQIA+ em seu sofrimento, projeto que merece maior apoio do poder público para expandir-se.

Também, é por conta da LBGTfobia que muitas pessoas são colocadas para fora dos seus lares e famílias se dividem. Muitas trabalhadoras e trabalhadores precisam esconder sua orientação sexual ou abafar sua identidade de gênero para manter o vínculo de trabalho. Outra parcela é empurrada para trabalhos mais precarizados ou simplesmente expulsa do mercado de trabalho formal. Em Marília sequer há decreto que regulamente o uso de nome social por parte de pessoas Transexuais e Transgêneros no âmbito da administração pública municipal, seja em benefício das pessoas T que são servidoras públicas ou das que utilizam os serviços públicos municipais.

É de suma importância nos atentarmos à educação que é oferecida no município. Ninguém nasce preconceituoso e o processo educacional é importantíssimo para a formação de novas gerações mais humanizadas, que respeitem as diferenças e desconstruam padrões de opressão que se arrastam pela história.

Nós, do PSOL, reafirmamos nossos princípios e seguimos na luta contra a extrema-direita e o fundamentalismo, participando da luta LGBTQIA+ com uma visão ecossocialista e revolucionária, interseccionando raça, classe, gênero e diversidade sexual, de gênero e de sexo biológico, alinhada ao movimentos negro e indígena e às demandas populares e periféricas, com prioridade para as demandas das pessoas trans.

A eleição de 2020 pode permitir que Marília se torne uma cidade que respeite todos os corpos, amores e cores! Para isso é preciso enfrentarmos a lógica vigente de preconceitos, opressões e violências contra a população LGBTQIA+.

Assim, propomos:

- Apoio governamental ao Ambulatório LGBTQIA+ do Hospital das Clínicas de Marília com políticas de ampliação.
- Instituição de programa de atendimento psicológico gratuito à população LGBTQIA+.
- Destinação de parte de verba municipal para subsidiar dentro da Secretaria da cultura eventos com a temática LGBTQIA+, com enfoque no combate por meio da cultura às opressões e preconceitos.

- Reconhecimento do uso do nome social por pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros na cidade.
- Criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas LGBTQIA+, com estrutura de atuação, autonomia e capacidade deliberativa para formular, propor e fiscalizar políticas destinada às pessoas LGBTQIA+.
- Criação de Programas Municipais LGBTQIA+ que sistematizem as políticas locais e estipulem metas e prazos para sua execução.
- Criação de um Observatório Municipal de Combate à Violência contra LGBTQIA+.
- Instituição de multas administrativas no âmbito do município a pessoas e estabelecimentos que pratiquem atos LGBTfóbicos, a exemplo da Lei Estadual nº 10.948 de São Paulo.
- Realização de capacitações e cursos de formação em direitos humanos, diversidade de gênero, sexualidade e de sexo biológico em todas as esferas do funcionalismo público para combater e prevenir a reprodução da violência contra pessoas LGBTQIA+ no âmbito da administração municipal.
- Desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos de educação em direitos humanos para combater a violência dentro das escolas municipais.
- Estímulo ao debate sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico (endosexo e intersexo) na rede municipal de ensino.
- Criação de ambulatórios especializados no atendimento à população trans sem patologização nem exigência de laudos médicos para o acesso aos serviços.
- Desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à saúde da mulher, atendendo especificidades das mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo.
- Criação e/ou ampliação de programas e serviços de assistência social específicos para o atendimento à população LGBTQIA+.
- Criação de programas focados na formação profissional, na geração de emprego e renda e no acesso à moradia para pessoas trans em situação de exclusão e vulnerabilidade social.
- Instituição de Casa Abrigo para pessoas LGBTQIA+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Fontes:

. Plenária Temática Mulheres, LGBTQIA+ e negritude;

- . Contribuição de Elói Maia;
- . Setorial LGBTQIA+ do PSOL São Paulo;
- . Programa Boulos e Sonia 2016.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O conceito de Inclusão é transversal. Portanto, não existe tema ou eixo dentro de uma política, seja de saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, habitação, infraestrutura, transporte ou qualquer outro, que não diga respeito à pessoa com deficiência. Por isso, devemos evocar muito acertadamente o protagonismo e lugar de fala de milhares de cidadãos e cidadãs, numa perspectiva daqueles que são historicamente oprimidos.

A perspectiva adotada busca romper com o pressuposto da “normalização” e da “adaptação” do indivíduo à sociedade, e introduz o conceito das deficiências como diferenças, colocando a questão no âmbito da afirmação de direitos. Objetiva o desmonte dos mecanismos históricos da exclusão, a garantia de direitos pessoais e sociais, destacando tanto as necessidades individuais quanto à reorganização da sociedade para derrubar as barreiras histórica e culturalmente construídas.

Políticas públicas inclusivas otimizam recursos humanos e financeiros, uma vez que derrubam mitos, adaptam estruturas existentes e sensibilizam funcionários e a sociedade como um todo, evitando a criação dos onerosos e desatualizados equipamentos e “lugares especiais”, que promovem, sim, a segregação das pessoas com deficiência ao invés de sua inclusão. Estas políticas viabilizam uma difícil, mas inerente obrigação de qualquer governo, isto é, a de respeitar a isonomia perante a lei e, ao mesmo tempo considerar atentamente as desvantagens históricas e sociais de alguns grupos excluídos e marginalizados da população (mesmo havendo uma vasta legislação a respeito, que até o momento não saiu do papel), sem que se possa confundir tal atenção com concessão de privilégios.

Em praticamente todo o território nacional, as pessoas com deficiência encontram-se em situação de segregação e distanciamento do Poder Público, bem como dos padrões de produtividade, funcionalidade e eficiência destinados à população em geral, mesmo se considerarmos alguns avanços nas últimas décadas, advindas de ações

pontuais do Governo Federal e de escassos exemplos municipais, muitos destes conquistados a duras penas pelo movimento de pessoas com deficiência. Tal movimento nasce espontaneamente da reivindicação das pessoas da sociedade civil que vivem o dia a dia da exclusão, esquecidas em planos de governo e na maioria dos programas partidários.

Assim, para a efetivação de políticas públicas consonantes com as mais recentes tendências mundiais, é imprescindível que nossa cidade resgate e ressignifique a SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA para uma gestão popular, democrática, transversal e inclusiva. Essa alternativa de gestão tem o intuito de garantir direitos, inclusão e participação social, propondo um novo sentido para as assim denominadas “deficiências”, um sentido que ultrapasse a tão celebrada noção de “superação”, a qual, no fundo, coloca nas costas do indivíduo com deficiência todo o peso de sua exclusão, como se este fosse um problema de natureza puramente individual. A ideia de que “é preciso superar-se” mascara o fato de que a exclusão decorre de estruturas sociais perversas que colocam as pessoas à margem da sociedade e desconsideram a diversidade humana.

Não é a pessoa que precisa superar-se, mas é a sociedade precisa superar o desrespeito, de modo a ser justa e reconhecer os direitos de todos.

A perspectiva adotada aqui, portanto, busca romper com o pressuposto da “normalização” e da “adaptação” do indivíduo à sociedade, e introduz o conceito das deficiências como diferenças, colocando a questão no âmbito da afirmação de direitos e mudança de paradigma social. Objetiva-se assim o desmonte dos mecanismos históricos da exclusão, o reconhecimento e a garantia de direitos pessoais e sociais, destacando-se tanto as necessidades individuais quanto a reorganização da sociedade para derrubar as barreiras históricas culturalmente construídas e marcadas por vieses ideológicos inconscientes, presentes em todas as instituições sociais, da família ao Estado.

Políticas públicas inclusivas otimizam recursos humanos e financeiros, uma vez que derrubam mitos, adaptam estruturas existentes e sensibilizam funcionários, evitando a criação dos onerosos e desatualizados equipamentos e “lugares especiais”.

A exclusão é sempre muito mais cara que a inclusão!

Neste ínterim propomos:

- Efetivação de políticas públicas consonantes com as mais recentes tendências mundiais, o que colocará o município de Marília na vanguarda da inclusão, do empoderamento e do protagonismo da pessoa com deficiência.

- Mudar os paradigmas e concepções na administração pública, gestão e cogestão, subvertendo a tradição segregadora da maioria das ações voltadas ao segmento.
- Disseminar, de forma transversal, a concepção inclusiva em todas as áreas da administração pública, visando à implementação de projetos e programas que permitam o pleno acesso e participação das pessoas com deficiência.
- Promover a articulação entre secretarias municipais e entidades não governamentais de atenção às pessoas com deficiência, conveniadas, quando necessário, objetivando o caráter inclusivo em todas as ações voltadas ao segmento.
- Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos de melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências, no que diz respeito às acessibilidades arquitetônica, tecnológica, de comunicação e de transporte, entre outras.
- Atuar de maneira transversal, estimulando, orientando e apoiando conceitual e tecnicamente o conjunto do governo no processo de incorporação do recorte *deficiência* nas políticas.
- Desconstruir gradativamente o “modelo médico”, que considera a deficiência como doença, reproduzindo práticas e políticas assistencialistas, substituindo-o pelo “modelo biopsicossocial”, que compreende a deficiência como expressão da diversidade humana e a concebe a partir da interação do indivíduo com as barreiras ambientais, sociais, comunicacionais, programáticas, entre outras.
- Dialogar com o segmento e atores sociais (instituições, lideranças etc.), assim como estar em sintonia com as demais políticas nacionais e internacionais de inclusão e participação social, na perspectiva da afirmação de direitos e do empoderamento das pessoas com deficiência.
- Desenvolver ações de informação, sensibilização e capacitação para servidores, articuladas com todas as áreas do governo, de forma a promover mudanças atitudinais e manter pessoal qualificado para o atendimento de pessoas com deficiência.
- Indicar um Secretário que seja pessoa com deficiência, e o corpo técnico composto por profissionais com acúmulo em políticas inclusivas de Estado.

Habitação

- Como um direito social fundamental, é preciso garantir a moradia e a correta observação das normas da ABNT de acessibilidade e “desenho universal”, bem como o Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e áreas comuns.

Trabalho e renda

- Garantir trabalho e renda, como direito social fundamental, em condições dignas e suficientes, estimulando o cumprimento da “Lei de Cotas” nos programas de inclusão de pessoas com deficiência no mundo formal do trabalho, assim como o cumprimento da “reserva de vagas” nos concursos públicos e indicações na administração direta, indireta e autárquica.

- Apoiar ou desenvolver programas de inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, também sob a ótica da estratégia do Emprego Apoiado, reconhecendo que todas as pessoas têm direito, inclusive aquelas que precisam de maior apoio.

- Promover a participação inclusiva de pessoas com deficiência em cursos de capacitação profissional.

- Proibição de participação em licitações públicas de empresas que não cumprem a “Lei de Cotas”, ou seja, que estejam fora da lei.

Assistência social

As políticas municipais de assistência social, em especial as voltadas ao abrigo de pessoas com deficiência, são historicamente assistencialistas e segregadoras, violando os direitos humanos de pessoas com deficiência das camadas mais pobres da população.

Diversos organismos nacionais e internacionais têm denunciado a situação dessas pessoas no Brasil, que só deixam essas instituições quando morrem.

A institucionalização de pessoas com deficiência é um crime e, assim como avançamos para o fim dos manicômios, decorrente da chamada luta antimanicomial, é necessário avançar até o fim de todas as instituições que alijam completamente as pessoas da sociedade e tornam-se por vezes verdadeiros depósitos de gente.

Assim, como consequência, é imprescindível:

- A implementação de projetos e programas de proteção especial (Centro-Dia, Abrigamento, Residências Inclusivas, Assistivas e Atendimento Domiciliar multidisciplinar e/ou adequado Atendimento Ambulatorial e hospitalar) públicos e inclusivos, voltados, não apenas, mas principalmente, às pessoas com deficiência que não tenham suporte familiar ou independência pessoal e social, bem como serviços de informação, orientação e apoio sobre os benefícios previstos garantidos pela legislação.
- Acolhimento mais inclusivos a mulheres com deficiência, com equipe multidisciplinar preparada para atender este público, inclusive no tocante à violência contra a mulher com deficiência.

Cidadania e defesa de direitos

- Implantar ações que promovam a emancipação de pessoas com deficiência, mães e cuidadores, tais como programas de reabilitação e oficinas de micro acessibilidade, particularmente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade, com vistas a torná-las inclusivas e incentivar a participação comunitária e social desses cidadãos, ampliando o exercício da cidadania e da inclusão.
- Para tanto, além da participação das pessoas com deficiência nos espaços de controle social já existentes, é urgente o aprimoramento dos conselhos de políticas e de direitos, bem como a criação de Fóruns Populares e Conselho de Orçamento.

Indicadores sociais e dados populacionais

- Adequar os levantamentos censitários (macro e micro dados) de pessoas com deficiência, bem como de organizações governamentais e não governamentais que realizam trabalhos voltados ao segmento, de modo a ampliar a rede e o acesso das pessoas a recursos que favoreçam sua inclusão social plena.

Saúde

- Implementar ações de formação, informação e sensibilização para profissionais de toda a rede, alterando olhares e concepções distorcidos de modo que se ampliem o foco das diversas abordagens de saúde, ou seja, que considerem a pessoa com deficiência como um cidadão, sujeito de direitos, e não apenas como “portador” de uma ou mais limitações.
- Incluir a pessoa com deficiência na Rede de Atenção integral à Saúde.

- Desenvolver campanhas de prevenção a acidentes causadores de deficiências.
- Implementar práticas de cuidados domiciliares envolvendo Equipes de Saúde da Família, de Assistência Domiciliar e comunidade.
- Garantir o provimento e a adequação de tecnologias assistivas que ampliem as possibilidades de independência e de inclusão das pessoas com deficiência.
- Ampliação da rede do CER – Centro Especializado de Reabilitação, a partir dos indicadores populacionais.
- Adequação das Unidades Básicas de Saúde do município, para possibilitar o atendimento integral da pessoa com deficiência.
- Ampliação e aprimoramento dos serviços de distribuição e concessão de órteses, próteses e aparelhos auxiliares em toda a rede de atendimento primário.
- Adequação dos serviços do Centro Especializado de Odontologia para o atendimento da pessoa com deficiência.
- Implementação de política especializada de atendimento para a saúde da mulher com deficiência, no que se refere a acessibilidade tecnológica, respeitando suas individualidades e peculiaridades, com provisão de mesa ginecológica para a mulher com deficiência.

Comunicação

- Garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência a todas as formas de comunicação, projetos, programas, páginas de Internet e serviços, oferecendo as tecnologias necessárias, como a Comunicação Ampliada, Aumentativa e Alternativa, respeitando-se as especificidades e necessidades próprias inerentes a cada deficiência, a cada pessoa.
- **Implementar nas escolas a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)** sistematicamente como parte integrante da grade curricular.
- Ofertar em espaços públicos e comunitários o ensino de LIBRAS.

Educação

- Implementar e aprofundar a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o devido Apoio Educacional Especializado (AEE).
- Extinguir salas e escolas especiais, garantindo o pleno acesso e a permanência de educandos com deficiência na rede pública de ensino, proporcionando os apoios necessários para isto, tanto para as pessoas como para as escolas.

Esporte, cultura e lazer

- Garantir que equipamentos, espaços e serviços culturais, esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam totalmente acessíveis, em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais.
- Fomentar e promover a produção artística de pessoas com deficiência, criando condições e incentivos que estimulem e valorizem a sua participação.
- Valorizar grupos artísticos que tenham em seus quadros artistas com deficiência, isto é, grupos inclusivos que não discriminam e valorizam a diversidade humana.
- Dar oportunidade de ingressos e acesso a pessoas com deficiência em atividades de esporte, cultura e lazer, viabilizando a sua participação.
- **Estimular o esporte inclusivo em toda a rede municipal de ensino**, de modo que pessoas com e sem deficiência possam participar juntas destas atividades.
- **Estimular o esporte adaptado para todas as faixas etárias** na concepção de espaços e serviços destinados à atividades esportivas.
- Garantir que todos os espaços de cultura e lazer, sejam públicos ou privados, como praças, parques, shoppings, cinemas, teatros etc., sejam acessíveis, de modo que a plena participação com segurança e autonomia das pessoas com deficiência seja um direito assegurado.
- **Implantação de Parque Acessível** que permita a inclusão das crianças com deficiência junto à crianças típicas, promovendo a convivência, propiciando a criação de vínculos e conscientização social.
- **Disponibilizar em todas as áreas de lazer com parques instalados brinquedos para crianças com deficiência.**
- Disponibilizar **Guia Colaborativo de Turismo acessível**, que será elaborado e sistematicamente atualizado pela Secretaria de Turismo.
- Estimular a inclusão por meio da prática de esportes radicais, completamente adaptados a vários tipos de deficiência.

Transporte e mobilidade urbana

- **Implementar políticas de acessibilidade plena no transporte coletivo**, à luz da legislação vigente de modo a garantir a autonomia das pessoas.
- Garantir a efetiva **aplicação da legislação de acessibilidade em edificações de uso público e/ou multifamiliares, além da adaptação completa dos espaços urbanos**,

como calçadas, estações de embarque etc, a começar pelas regiões periféricas que são as menos acessíveis.

- **Implementar a sinalização sonora em 100% dos semáforos de pedestres da cidade**, acabando com a exclusão de pessoas com deficiência visual que não podem guiar-se por estímulos luminosos para garantir a própria segurança.

- Elaborar e implantar políticas de incentivo fiscal para que bairros ou ruas por meio de organização dos moradores, estabelecimentos privados, serviços e pontos turísticos façam adaptações de mobilidade para pessoas com deficiência, como remoção de escadas e barreiras, construções de rampas, nivelamento, construção de banheiros adaptados com macas e outros recursos que garantam a locomoção e permanência da pessoa com deficiência no local.

- Aprofundar a implementação do Estatuto do Pedestre (Lei 16.673/17) considerando as especificidades e necessidades de apoio para pessoas com deficiência, de modo que seus direitos de locomoção, assim como seus deveres, sejam assegurados a elas.

- **Ampliação das vagas preferenciais de estacionamento** bem demarcadas e feitas de acordo com a Lei da Acessibilidade e a Norma NBR 9050 da ABNT, que devem ser sempre as mais próximas à entrada do estabelecimento e mais espaçosas.

“Nada sobre nós, sem nós!”

POLÍTICA ANTIRRACISTA

Vidas Negras Importam!

Não há como aprofundar a democratização do país, sem estender a democracia para a periferia, que, mais de 30 anos após o fim do regime militar, ainda vive verdadeiros estados de sítio informais, com invasões de domicílio sem ordens judiciais, execuções extrajudiciais, torturas nas delegacias e prisões ilegais.

Assim, um importante ponto a ser destacado no programa é o compromisso da aliança com políticas de combate ao genocídio da população negra.

Nos últimos dez anos, 553 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Nesse período, enquanto o homicídio de jovens brancos diminuiu 6,8%, dentre a população negra esse número aumentou 23,1%, e em 2016, por exemplo, os negros corresponderam a 71,5 % das vítimas de homicídio no país.

Além disso, o encarceramento em massa de jovens negras e negros sustentado, principalmente, pela política de guerra às drogas, conferiu ao Brasil o título de terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 700.000 presos, sendo 40 % deles, presos provisórios.

O feminicídio, por sua vez, que atinge principalmente as mulheres negras, que têm taxas de violência 71 % maiores do que entre as mulheres brancas.

O combate ao racismo em nossa sociedade é agenda central para a disputa política. Estamos no meio de 2020 e o estado de SP já contabiliza o maior número de mortes por PMs desde 2001, em sua maioria de jovens negros periféricos.

A população negra é a primeira nas filas do desemprego, por atendimento médico, educação e moradia, por uma sobrevida que está apartada de direitos sociais.

A pandemia deixou nítido o abismo racial e de classe existente no país: a precarização do serviço público de saúde, as dificuldades de acesso à internet para acompanhamento das aulas online, a ausência de dados sobre a situação da população carcerária em meio à pandemia e a precipitada reabertura no momento em que a Covid-19 atinge, principalmente, os pobres e negros.

Inverter as prioridades políticas para atender necessidades e garantir direitos da maioria da classe trabalhadora passa por entendermos que a maioria da classe não é branca, sendo preciso garantir no programa eleitoral as seguintes propostas:

- Criar um Conselho Municipal de promoção da igualdade racial para propor e fiscalizar políticas públicas para a população negra e indígena da cidade.
- Fortalecer políticas de promoção da igualdade racial e articulá-las de forma interseccional.
- Enfrentar a negligência existente e implementar as leis federais 10.639/03 e 11645/08, que instituem no currículo escolar a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, com formação continuada.
- Implementar política de reserva de vagas para negros e indígenas em concursos públicos municipais.
- Implementar e fortalecer programas de atenção à saúde da população negra e indígena.
- Estabelecer política de enfrentamento ao racismo ambiental que dê condições de saneamento, acesso à água potável e coleta de lixo, que analise riscos de deslizamentos ou de contaminação química, que defenda a demarcação de terras indígenas e quilombolas e que combata a privatização dos territórios.
- Enfrentar o racismo religioso a partir da ótica da laicidade do Estado, com promoção de ações educativas e culturais.

Fontes:

- . Plenária de Mulheres, LGBTQIA+ e Negritude.
- . Programa Boulos e Sonia 2016
- . Contribuição do setorial de negros e negras do PSOL de São Paulo.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Um grave problema de Marília é a ausência de políticas públicas humanizadas e eficazes para a população em situação de rua. Trata-se de um grande contingente de pessoas que subsistem principalmente nas regiões centrais de nossa cidade, nas ruas, praças, contingente este que cresce diariamente a olhos vistos, apesar da ausência de dados sistematizados a respeito dessa população.

São mulheres, homens e idosos que se encontram a margem do amparo estatal, muitas vezes desprovidos de documentos pessoais, muitos possuem doenças mentais, alcoolismo ou vício em outras drogas. Estes “cidadãos invisíveis”, sem residência fixa, compõe aquele setor da classe trabalhadora que foi descartada do processo produtivo capitalista.

Nosso programa ecossocialista e revolucionário se preocupa com a ausência de perspectiva de vida para essa população, bem como com as violências que ela sofre de forma cotidiana em nosso município. É necessário uma política pública que os encare enquanto seres humanos dignos de direitos, respeito, amparo, encaminhando-os em suas demandas. Com programas específicos para essa população, articulando os serviços públicos a favor da dignificação humana.

Julgamos necessário produzir informações e coletar dados sobre a população de rua superando a cultura social do preconceito, da desvalia, da exclusão, da intolerância e do assistencialismo em relação a esse público, capacitar servidores para a atuação junto à população de rua, reconhecendo neles sua humanidade.

Diante do exposto, propomos:

- Produzir dados, por meio da realização de pesquisas censitárias e qualitativas;
- Desenvolver um sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- Promover a adequação das políticas públicas e articulação interssetorial entre assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, trabalho, emprego e renda, política agrária e agrícola, sistema de garantia de direitos, segurança e acesso à Justiça;
- Desenvolver metodologia de trabalho que considere a garantia dos direitos, o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida de cada sujeito que se encontra em situação de rua;

- Conceber e implementar programas, ações e projetos centrados nos aspectos da acolhida, do convívio e da autonomia;
- Propor ações para enfrentamento dos crimes cometidos contra esse segmento, que permanecem impunes;
- Assegurar a realização da equidade em relação às questões de raça, cor, etnia, faixa etária, gênero, religião e orientação sexual nos programas sociais públicos;
- Considerar que a assistência social deve exercer função articuladora, a partir do SUAS, estabelecendo relações entre as três esferas de governo;
- Promover articulação com todas as instituições que atuam na área, abrangendo o Ministério Público, Defensoria Pública, ONGs, Universidades, Conselhos Municipais, dentre outros;
- Sensibilizar e educar a sociedade pela utilização dos meios de comunicação, com vistas à superação dos preconceitos, discriminação, etc.;
- Garantir uma política de recursos humanos que inclua as questões de delineamento do perfil das equipes, garantia de capacitação continuada e de condições de trabalho adequadas.
- Reconhecimento e valorização da organização e da luta da população em situação de rua, evidenciando seu protagonismo, assegurando condições para que isso seja viável;
- Rede de acolhimento de caráter temporário, assegurando um padrão mínimo de qualidade dos serviços prestados;
- Promover ações voltadas à recuperação da autoestima dos usuários, a fim de que possam construir um novo projeto de vida, inclusivo, como opção para saírem da rua;
- Preservar, nas metodologias de trabalho, os diferentes saberes e aspectos culturais dos sujeitos envolvidos;
- Estabelecer fluxo de atendimento para os casos de transtorno mental e uso de álcool e outras drogas, pela população em situação de rua;
- Promover tratamento digno, ético e humanização das relações estabelecidas com o segmento;
- Instituir ações específicas à situação dos “trecheiros”;
- Incluir no debate da política ambiental a situação das inúmeras pessoas que têm no material reciclável uma fonte de subsistência;
- Aprofundar a discussão sobre o conceito de população em situação de rua.

POLÍTICAS PARA OS IDOSOS

A população brasileira está envelhecendo de um lado graças aos avanços da medicina e de outro pela redução das taxas de natalidade propiciado pelo modo de vida urbano moderno, desta forma proporcionalmente temos uma taxa maior de idosos do que em outros períodos históricos.

Em Marília, de acordo com o último levantamento do IBGE, em 2010 haviam 29.564 habitantes com 60 anos ou mais. Trata-se de uma população que necessita de políticas públicas específicas, pois muitas vezes aqueles que conseguiram se aposentar recebem valores baixos de aposentadoria, próximos ao salário mínimo, sendo que muitas vezes grande parte desses valores acabam sendo consumidos por medicamentos e tratamentos de saúde caros, empréstimos consignados, alugueis etc.

Importante destacar que de acordo com ANAPS (Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e Seguridade Social) aproximadamente 70% das pessoas aposentadas no Brasil recebem apenas um salário mínimo, este dado revela o quão distante estamos de termos uma realidade na qual as pessoas possam de fato desfrutar de uma velhice tranquila após uma vida inteira de trabalho e dedicação.

A terceira idade é o momento que deveríamos desfrutar ativamente da vida, trabalhando em atividades por prazer e não para dar lucro para algum patrão, praticando esportes, participando de atividades de cultura e lazer. No entanto essa não é a realidade da maioria dos idosos da cidade, pois de um lado não há apoio público e estruturas públicas e gratuitas, e de outro a renda da pessoa idosa não consegue suportar, já que quase todas as estruturas da cidade são privadas e, portanto, pagas.

A partir da década de 70 até nossos dias muitos Programas, Projetos, Serviços e Ações voltados à pessoa idosa foram desenvolvidos em nível governamental e não governamental.

No entanto, apesar dos esforços normativos no plano internacional por meio das assembleias das Nações Unidas sobre o envelhecimento (1982 e 2002), e no plano nacional da positivação da efetiva proteção à pessoa idosa no art. 230 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), da Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso, o que se vê é ausência de políticas públicas eficazes voltadas aquelas e aqueles que tanto já contribuíram para a construção do nosso país.

É necessário efetivarmos os direitos das pessoas idosas em nossa cidade, garantindo dignidade, prioridade e o direito de um envelhecimento ativo e saudável.

Assim, propomos:

- Estimular na sociedade ações de construção de solidariedade para com este grupo etário;
- Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais.
- Propiciar estratégias interssetoriais para o envelhecimento ativo, preservando a autonomia do sujeito;
- Fomentar uma Rede estruturada de apoio social com atenção multi e interdisciplinar nos serviços de saúde e estruturá-los, sob a ótica atenção integral, adequada, de qualidade, humanizada e oportuna.
- Promover atenção contínua e eficaz para a saúde e o bem-estar da população idosa nos diferentes níveis de intervenção dos serviços municipais, adequados às distintas fases da vida, enfermidade e ao grau de incapacidades.
- Implementar, reativar e/ou fortalecer alternativas de atendimento ao idoso, como Centros de Convivência, centros de cuidados diurnos, oficinas de geração de renda, atendimentos domiciliares e outros;
- Promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso, por meio de formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da pessoa idosa;
- Garantir ao idoso a assistência em saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;
- Ofertar espaços, ações e estratégias para prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- Adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;
- Criar relação de fluxo de referência e contra-referência entre a atenção primária, serviços de média e alta complexidade;
- Estabelecer parcerias com as Universidades para realização de estudos voltados à detecção do caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso no município, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
- Ampliar e fortalecer a Linha de Cuidado ao Idoso;

- Estimular a adequação de currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- Propiciar a inserção nos currículos da rede municipal de ensino, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- Apoiar a universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;
- Garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- Criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria no setor público com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento (prever no Plano de Cargos, carreiras e salários);
- Garantir a inclusão e participação do idoso nos programas habitacionais;
- Incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;
- Elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;
- Diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;
- Zelar pela observação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos;
- Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- Propiciar ao idoso acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos;
- Incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- Promover ações e espaços de valorização do registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- Incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.
- Promover cursos voltados aos idosos, com prioridade nas periferias, em diversas áreas como tecnologia, computação, artesanato, jardinagem, agricultura urbana, música e artes.

PLANEJAMENTO, MOBILIDADE URBANA E BEM VIVER

Revisão Participativa do Plano Diretor

O Plano Diretor vem sendo tratado pelo governo municipal de forma centralizada e com discussões restritas. A pandemia serviu de desculpa rasa para não se abrir as discussões para a população e a falta de transparência pode causar danos perenes à cidadania, à democracia e à inclusão social. Assim precisamos tornar o processo realmente participativo e inclusivo.

É importante observarmos as novas centralidades, ou seja, não imaginar que temos que simplesmente "incluir" as periferias, mas que estas em si tem demandas particulares, próprias, e tal dinâmica deve ser respeitada. Precisamos que haja plenárias em que a cidadania da periferia seja central.

É necessário assembleias decisórias, mas antes temos de ampliar a capacitação e adequar a linguagem técnica para que os temas e as decisões sejam realmente compreendidos e acessíveis pela população. Precisamos de uma cidadania que conheça seus direitos e que esteja habilitada a travar a luta pelos seus desejos coletivos de forma autônoma, protagonista.

A Administração

A administração tem que estar preparada para as expectativas e demandas que naturalmente surgem dos projetos coletivos. Tem de ter recursos já orçados para algumas das demandas e, naturalmente, ter mecanismos e estrutura burocrática voltados a responder a tais demandas. Não apenas as secretarias centrais (Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Obras, Assistência Social) devem estar plenamente envolvidas, mas as demais tem que estar participando e atentas, pois estamos falando do futuro da cidade.

Lei de Zoneamento

A administração municipal atual não leva a sério a Lei de Zoneamento, que até o momento é modificada apenas por interesses particulares defendidos de maneira irregular por vereadores sem preparo para tanto. Precisamos recuperar a discussão

popular da Lei de Zoneamento, instrumentalizando a população para fazer a discussão em conjunto com o Revisão do Plano Diretor. Bairros tem que ter o direito de opinar como querem que as suas cercanias se desenvolvam. Exemplos devem ser compartilhados.

Habitação de Interesse Social

Precisamos de uma revisão urgente do PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social. Este plano foi abandonado por esta administração, e é a diretriz básica para moradia digna na cidade de Marília. Nenhum projeto foi submetido à CDHU, evidenciando o total descaso da administração por moradia para a população favelada.

No nosso entendimento, acreditamos que precisamos de audiências públicas para cada um dos projetos desenvolvidos pelo município, observando o previsto neste Plano de Governo. A população deve conhecer, opinar e contribuir com os projetos elaborados pela Secretaria de Planejamento Urbano, como, por exemplo o Parque Linear (projeto abandonado pela prefeitura, que até agora não fez um metro do parque), a Praça Tiro de Guerra (projeto igualmente abandonado, apesar de receber diversas sugestões da sociedade civil) e o Parque da Cascata (este parque, previsto pela Lei do Plano Diretor, diminuiu gravemente a sua área por interesses particulares defendidos pela prefeitura, ato ilegal e contrário aos interesses da população).

GEA (Grupo Especial de Análise)

Esta administração abandonou o GEA (Grupo Especial de Análise) que é responsável por analisar projetos de impacto para a cidade. Precisamos retomar o GEA. Mas não é suficiente que apenas exista o GEA. No nosso entendimento projetos de grande impacto vem sendo analisados e eventualmente aprovados sem a devida análise e isso é motivo de grande preocupação, pois a responsabilidade é enorme.

Saneamento

Em consonância com a retomada das Obras de Saneamento no município, entendemos que o Planejamento Urbano tem papel fundamental na articulação e

acompanhamento da obra. Acreditamos que é necessário a retomada do Comitê interdisciplinar para análise do projeto.

Assim sendo, nossas propostas relativas ao planejamento urbano são as seguintes:

- Promoção de discussão pública do Plano Diretor do Município com ampla e organizada participação popular.
- Implementação efetiva da Lei de Zoneamento, com participação popular nas políticas e projetos de zoneamento.
- Revisão imediata e com participação da população, do Plano Local de Habitação de Interesse Social.
- Retomada dos projetos urbanísticos interrompidos.
- Reativação do GEA (Grupo Especial de Análise).
- Inclusão de todas as áreas da cidade no planejamento, inclusive as zonas de favelas e beirando os Itambés.
- Recuperação de nossas áreas de mananciais do município, obedecendo à legislação vigente. E que soluções de menor impacto ambiental possam ser estudadas e incorporadas.
- Transparência: que a obra possa ser auditada regularmente pela Sociedade Civil e não haja desperdícios.

MOBILIDADE POPULAR E SUSTENTÁVEL

Os problemas de mobilidade urbana de Marília são sérios e notórios. Nos bairros periféricos: escassez, preço abusivo e atraso dos ônibus; no centro: ruas eternamente abarrotadas de carros, poluição sonora e do ar. É a conveniência do poder econômico, e não a necessidade da população o que determina a abertura de avenidas, o sentido do fluxo de trânsito, a escolha dos locais que recebem sinalização e tantos outros aspectos relativos à ordenação da mobilidade urbana. Para confrontar esta situação propomos:

- Realização de ampla consulta à população em geral a respeito de suas demandas e grau de satisfação com os serviços de transporte público que lhe é oferecido.
- Auditoria popular e participativa do transporte coletivo, com a publicação de todos os contratos, aditamentos e reequilíbrios autorizados.
- Controle da demanda e uso do sistema privatizado de ônibus por meio de software público tombado como patrimônio imaterial do povo mariliense.
- Encampação imediata das linhas e itinerários não previstos inicialmente em 2011, com execução direta pelos mais de 70 ônibus da frota do município e dos motoristas concursados, sob tarifa zero, com vistas a gradual e completa execução do serviço ao final dos contratos vigentes.
- Iniciar estudos, com participação popular, sobre a viabilidade da tarifa zero na cidade.
- Executar o Parque Linear com a ciclovia ao longo da Linha ferroviária central.
- Exigir mitigadores para o impacto da volta dos trens na cidade. Hoje a volta está prevista com absoluto descaso pela opinião pública e o impacto negativo do trânsito ferroviário e seus riscos no centro da cidade. Precisamos de alternativas como a criação de um anel ferroviário que faça com que a rota seja transferida do centro da cidade.
- Discussão imediata de um plano de ciclovias pela comunidade mariliense, seguida de sua efetivação.
- Limitações progressivas para o uso do automóvel na Zona Central.
- Interrupção da privatização milionária da zona azul e execução direta pelo município do serviço de vagas rotativas.
- Denúncia do contrato com a polícia militar para a fiscalização do trânsito, gerando economia de recursos e imediato investimento no corpo de agentes da emdurb, com aumento de salário e concurso público.
- Auditoria do projeto de contorno ferroviário de 2002, com responsabilização dos agentes pelo desperdício e malversação do dinheiro público.

- Denúncia e revogação da farsa do plano de mobilidade comprado pela Emdurb, com responsabilização dos agentes.
- Confecção de plano de mobilidade baseado em estudos extensivos de tráfego, executado por agentes próprios do município e estudantes/ estagiários voluntários, com ajuda de custo, treinados e capacitados.

POLÍTICAS SOBRE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS

“É preciso deixar de tratar a questão das drogas sob a ótica da repressão, da criminalização e da marginalização social. Uso de drogas, lícitas ou ilícitas diz respeito à saúde pública e políticas de proteção de direitos, que de fato coloque o indivíduo e suas subjetividades no centro da atenção e do cuidado. É preciso combater a violência, gerar oportunidades e sonhos em nossas crianças!” (Nayara Mazini)

Construir uma política municipal sobre drogas é imprescindível para reverter o quadro atual de violência, descaso e dependência química que atinge de forma devastadora principalmente nossa infância e juventude.

A definição de drogas segundo a Organização Mundial da Saúde é: “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento”. Muitas substâncias normalmente utilizadas pela sociedade são drogas, como álcool, tabaco, cafeína, açúcar, etc. Porém, apenas algumas são proibidas de serem consumidas, como a maconha, a cocaína e o crack, por exemplo.

A população jovem é um dos segmentos mais expostos às consequências do proibicionismo, da repressão e da criminalização do uso, características que estruturam o modelo vigente das políticas públicas sobre o tema em todos os níveis de governo.

Um efeito direto dessa lógica é o encarceramento em massa de jovens envolvidos com substâncias psicoativas, tanto usuários quanto, principalmente, agentes do sistema que sustenta o tráfico de drogas, que atinge preferencialmente jovens negros e pobres, quase sempre submetidos a condições degradantes e insalubres de trabalho.

No fim de 2012, num acordo, o HSBC pagou US\$ 1,9 bi aos EUA por lavagem de dinheiro que facilitava transações de cartéis de drogas no México. Grande parte dos lucros especulativos do mercado financeiro capitalista advém do mercado das drogas. O proibicionismo retorna grandes lucros à burguesia mundial. Criminalizar o pequeno varejista das drogas significa esconder o grande burguês que lucra fortunas com esse comércio. Hoje, no Brasil, que tem uma população carcerária de mais de 500 mil pessoas (a terceira maior do mundo), 29% está presa por tráfico. O proibicionismo é machista: entre as mulheres essa realidade é ainda mais brutal, visto que 65% das mulheres presas é por crime de tráfico de entorpecentes.

Uma nova política sobre droga deve ser orientada a partir de uma lógica que vise compreender o problema da drogadição a partir da ótica social e de saúde desvinculado de uma lógica criminal.

Em âmbito nacional, o principal instrumento normativo sobre o tema é o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei 11343/06), que estabelece as normas para o tratamento de usuários e dependentes de substâncias ilícitas e para a repressão à venda ilegal, além de tipificar crimes ligados à droga, com suas respectivas penalidades.

Uma vez que a lei não especifica quantidades que caracterizam consumo pessoal ou tráfico – sendo este passível de penalização –, essa avaliação é de responsabilidade da polícia, a partir de critérios subjetivos e fortemente ligados à cor, à classe social, ao território e ao segmento etário.

Pesquisa divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e pela Fiocruz mostra que, entre os usuários de crack detidos no ano anterior, 13,9% dos casos eram devidos ao uso ou posse de drogas e, 9,2%, a furto ou roubo. Apenas 5% das detenções estavam associadas ao tráfico ou produção de drogas.

Ainda segundo o mesmo estudo, esse contingente é caracterizado por jovens, homens, negros e pouco escolarizados, geralmente em situação de grande vulnerabilidade social. Assim, no Brasil e em outros países, percebe-se que a “*guerra às drogas*” afeta, sobretudo, a parcela da população que está mais vulnerável ao problema. *Trata-se, na realidade, de uma guerra contra as pessoas.*

Além disso, os debates públicos sobre a questão das drogas – lícitas e ilícitas – são atravessados por discursos moralizantes e não raro pela ausência de informações consistentes sobre o contexto ligado ao consumo, à adicção e ao tráfico de substâncias psicoativas.

Existem diferentes tipos de droga, cujo uso não necessariamente antecede a dependência química ou provoca riscos a outras pessoas, aspectos em geral negligenciados quando o tema está em pauta.

Outro agravante é que persiste a tendência a uma política repressiva e de apoio ao tratamento da drogadição por meio de intervenções forçadas. É o caso do Projeto de Lei 7663/2010 (atual PLC nº 37/2013), de autoria do atual ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra (governo Temer) já aprovado pela Câmara e em discussão no Senado, que prevê o aumento da pena para usuários de drogas e a internação compulsória de dependentes químicos.

São medidas que, em definitivo, não contribuem para o real enfrentamento do problema das drogas no país. Historicamente, intervenções semelhantes tampouco colaboraram para a diminuição do consumo de drogas ou para a redução da violência no Brasil ou em outros países em que foram adotadas.

Para além da legislação, também a atuação do Poder Executivo frente à questão das drogas ilícitas assume um viés repressivo e/ou punitivo. O atual governo vem adotando perspectiva ainda mais conservadora e retrógrada em relação à Política sobre Drogas.

Por outro lado, existem diversos serviços públicos de saúde para a atenção aos dependentes de crack e outras drogas do Brasil. Entretanto, são pouco conhecidos da população e possuem um investimento menor do que necessitariam, o que os leva a não atender toda a demanda necessária.

Além disso, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) vem sofrendo diversos ataques de setores conservadores dos governos e da sociedade, que objetivam nada mais que o “lucro” às custas do tratamento da dependência e não a reabilitação dos usuários.

O Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad) aprovou em março de 2018 uma resolução que retrocede da perspectiva da Redução de Danos, que vinha avançando, e dá centralidade ao uso da abstinência como única possibilidade de tratamento. Além disso, as políticas existentes seguem colocando o crack como principal alvo, devido ao seu suposto potencial destrutivo e o aumento de usuários – como fazem crer a imprensa e o senso comum – o que não necessariamente reflete as estatísticas.

Publicação do Ministério da Justiça (2016) que reúne análises e discussões sobre o tema, a partir de pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, elucida que nas capitais, o uso do crack atinge 0,8% da população adulta, enquanto que a dependência do álcool é de oito a quinze vezes maior. A pesquisa também rebate a ideia de que essa droga mata em seis meses, uma vez que 80% dos usuários pesquisados fazem uso frequente há mais de seis anos.

Em realidade, *os estudos revelam que o que mata esses usuários é o contexto de exclusão social em que se inserem*: 80% dos usuários regulares de crack são negros e não chegaram ao ensino médio; 40% deles vivem em situação de rua; e 48% tiveram alguma passagem pelo sistema prisional. Entre as mulheres usuárias regulares de crack o quadro é semelhante e se agrava diante do fato de que 47% relataram histórico de violência sexual. Quanto à mortalidade de usuários de crack verifica-se que é sete vezes

superior à população geral, mas em *60% dos casos a causa é o homicídio e não a dependência química*. Esse dado remete à importante discussão sobre a relação entre tráfico e uso de drogas ilícitas e violência, é preciso trazer à tona que a relação entre o tráfico ilícito de drogas e a violência não é um dado absoluto: na Europa, por exemplo, que consome e trafica muito mais drogas ilícitas do que o Brasil, os índices de violência são incomparavelmente menores que aqui (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Nesse sentido, o problema da drogadição com foco em apenas uma droga é uma estratégia equivocada, pois *o consumo depende menos da substância em questão e mais de aspectos ligados às condições objetivas e subjetivas dos usuários*. Frequentemente a *dependência química se relaciona a um histórico de privação de direitos sociais*.

Vários países já descriminalizaram o uso de substâncias psicoativas, tais como Portugal, Holanda e Espanha e mais de 20 estados estadunidenses. O Uruguai aprovou uma lei que regulariza o plantio para uso próprio e a venda legal da maconha e o Canadá permitiu a venda da maconha para uso medicinal.

Ao contrário do que se costuma propagar, essa *descriminalização não foi acompanhada de um aumento do consumo* e, em relação aos casos mais recentes, é preciso mais tempo para avaliar de forma conclusiva os impactos especialmente em relação ao tráfico e à violência.

Nesses contextos, a questão das drogas deixa de ser tratada sob a ótica repressiva e penalista e passa a compor o campo da saúde pública, por meio de ações de tratamento aos dependentes, como redução de danos, internação voluntária e apoio psicológico aos usuários e familiares. Tais mudanças também geram redução dos gastos com aparatos repressivos e mais investimentos no setor de saúde.

Portanto, repudiamos o proibicionismo e a repressão como orientadoras do marco legal sobre drogas e reivindicamos políticas mais humanizadas que tenham foco no tratamento do usuário e/ou dependente químico.

É preciso pautar a regulação da produção, consumo, industrialização e comercialização de todas as substâncias ilícitas, de maneira a inibir o tráfico ilegal dessas substâncias e garantir que a questão seja tratada sob a perspectiva dos direitos humanos, da liberdade individual e da saúde pública.

Fonte: Plataforma Política _ Juventudes contra a violência.

Desta forma, propomos:

- Criar, ampliar e fortalecer políticas de convivência familiar e comunitária com foco na arte, cultura, lazer e educação;
- Ampliar e fortalecer a rede de atenção e de reinserção social para dependentes químicos nas áreas da saúde e assistência social, em diálogo com a política de saúde mental e os equipamentos como: Consultório de Rua, CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Centros de Convivência, Leitos de Desintoxicação em Hospitais Gerais e CREAS (Centros de Referência em Assistência Social);
- Municipalizar e ampliar o atendimento do CAPS ad, para que tenha funcionamento 24 horas, nos sete dias da semana, implantando leitos de internação para desintoxicação;
- Estimular a implantação de Fórum intersetorial permanente de discussão sobre drogas, incentivando a participação da população, trabalhadores, sociedade civil organizada, especialistas, órgãos de controle e vigilância internos e externos, judiciário, instituições públicas e privadas, entre outros;
- Incentivar o amplo debate sobre a questão do proibicionismo e da política de drogas, seja por meio de grupos de estudos, documentos, debates, encontros, seminários, estimulando os movimentos sociais ligados ao antiproibicionismo, à luta antimanicomial, a luta contra o genocídio da juventude e contra o racismo, a luta pelos direitos fundamentais para a população privada de liberdade e familiares, etc;
- Estimular e apoiar a estruturação do Conselho Municipal de drogas;
- Fortalecer as práticas da redução de danos como política prioritária no tratamento dos casos de dependência química;
- Promover informação e conscientização sobre a internação compulsória, admitindo-a enquanto último recurso aplicável a dependentes químicos, adotada caso a caso;
- Auditar e revisar o financiamento público para comunidades terapêuticas (Portaria MS 131/2012);
- Destinar recursos aos serviços públicos de tratamento aos dependentes químicos e às instituições que mantêm as premissas do Estado Laico;
- Fomentar a implantação das Práticas Integrativas e Complementares nas unidades de saúde;
- Implantar a Farmácia viva em parceira com a sociedade civil, com cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos para prevenção e tratamento de doenças a partir das boas práticas em saúde;

- Implementar o tratamento com Cannabis Medicinal para os dependentes químicos, por meio de políticas públicas para democratização do acesso à população: capacitação de médicos dos serviços-SUS para prescrição e da equipe multiprofissional de saúde para assistência ao paciente; dispensação individualizada e controlada de extratos de cannabis sativa via SUS;
- Apoiar as deliberações do Comitê de políticas públicas de Cannabis Medicinal (em tramitação na Câmara) para a regulamentação junto às instituições competentes quanto a produção, instituição de protocolos e dispensação aos pacientes.

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que as propostas contidas neste programa possam em sua integridade serem executadas é necessário a construção de um governo popular, efetivamente construído pela maioria da população e que atenda aos interesses do povo de Marília. Para isso é necessário secar torneiras pelas quais escorrem o dinheiro público, combater todas as formas de corrupção, garantindo participação popular em todos os âmbitos da administração pública.

É necessário sinceridade ao afirmar que em 2021 provavelmente Marília estará enfrentando uma crise econômica de grande proporção, sobretudo em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19. Também é necessário afirmar o caráter de classe do programa, de forma que entendemos ser impossível governar para todos, nosso governo será popular, voltado aos interesses dos explorados, oprimidos, excluídos e marginalizados.

A Constituição prevê o direito à participação social tanto na garantia de sua forma não institucionalizada, tendo como referência os direitos à liberdade de organização e manifestação, como também na sua forma institucionalizada, via conselhos, conferências, audiências públicas, entre outros. Além disso, ela cria instrumentos de democracia direta com os plebiscitos, referendos e elaboração de projetos de lei de iniciativa popular.

Porém, ainda há muito a se avançar. A participação popular nesses espaços é em sua maioria temática, fragmentando a busca de direitos de uma forma ampla e articulada; e muitas vezes meramente consultiva, reduzindo seu real impacto.

O orçamento público como um dos espaços de maior disputa das prioridades dos governos deve ser extremamente transparente e comprometido com a participação popular, tanto do lado das receitas quanto dos gastos públicos. Ainda, a sociedade deve poder participar das escolhas de alocação de recursos públicos nas leis orçamentárias, das justificativas para não execução orçamentária durante o ano e saber os efeitos distributivos e específicos dos gastos e investimentos públicos. Para assegurar esses direitos, a Prefeitura do Município de Marília divulgará, em formato aberto, dados sobre arrecadação e gastos de forma que qualquer cidadão possa entendê-los e analisá-los. Os dados orçamentários das secretarias de governo e demais órgãos públicos estarão à

disposição de qualquer pessoa ou entidade, no portal da Prefeitura e nas sedes das secretarias e demais órgãos da administração.

Desta forma propomos:

- Buscar a adequação dos atos administrativos da Prefeitura de Marília à perspectiva ampla da transparência, em seus diversos sentidos, a saber, fiscal e orçamentário, contábil, institucional e organizacional, social/cívica, dos contratos e convênios (em especial quando envolvendo terceirizações), midiática, promovendo, assim, maiores possibilidades ao controle social, abrindo caminho para que a população tenha amplo conhecimento a respeito dos atos da administração pública municipal.
- Criar a Casa dos Conselhos Municipais, com estrutura, dotação orçamentária e autonomia, para auxiliar no controle social e fiscalização da transparência dos atos da administração pública municipal.
- Realizar uma auditoria cidadã das contas públicas municipais, com participação da sociedade civil e órgãos de controle.
- Reduzir gradativamente os gastos da Prefeitura Municipal de Marília com Aluguel, buscando zerá-los até o final da gestão.
- Criar o Diário Cidadão para melhor compreensão e monitoramento do Diário Oficial.
- Criar a Política Municipal de Dados Abertos.
- Instalar um grupo de trabalho, com participação popular, para a elaboração da Política Municipal de Transparência e Controle Social.
- Realizar a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social.
- Criar o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, com participação da sociedade civil e com autonomia para propor políticas de transparência e fiscalizar o orçamento público.
- Elaborar uma cartilha a respeito de orçamento participativo e capacitar lideranças comunitárias nesse assunto.
- Fortalecer a Ouvidoria Municipal com o treinamento de atendentes, garantia de divulgação dos dados de reclamações e as estatísticas de atendimento.
- Reorganizar a administração da Emdurb, Codemar e outras empresas e autarquias em que hajam participação da prefeitura de Marília a fim de garantir maior transparência e garantia do atendimento ao interesse público.
- Incentivar a cultura da participação, ampliando e possibilitando eficazmente a transparência nas instâncias deliberativas do município de Marília.

- Dar transparência e garantir participação na autorização e no monitoramento de renúncias fiscais.

POLÍTICA DE RADIODIFUSÃO

O Psol Marília entende que a televisão e o rádio são importantes arenas de discussão política e formação da identidade do povo e da nação.

Não se trata de novidade. Para a televisão, a administração municipal já em 1967 entendeu sua importância estratégica e custeou serviços de retransmissão da TV Globo, no eixo Bauru-Lins-Araçatuba. Em 1970 a prefeitura cria taxa de custeio do serviço, cobrada na conta d'água de cada munícipe que tivesse aparelho de TV. Em 1973, além do terreno para a TV Cultura aqui na cidade, o cidadão mariliense banca a construção do prédio e a aquisição de torres e retransmissores em Garça. Em 1984 o prefeito anula vinte milhões de Cruzeiros da educação infantil para comprar aparelhos retransmissores da TV Bandeirantes, além da torre metálica instalada em Echaporã. Em 1987 é a vez do SBT. Em 2005 a Rede Vida, Canção Nova e TV Gazeta. Em 2011 a Mega TV (que nunca transmitiu!) e, em 2014, a TV Record.

O programa do Psol Marília propõe:

- Implantação da TV Cidadania, canal da prefeitura transmitido em rede aberta e no cabo, conforme já implantaram ou solicitaram mais de 400 municípios Brasil afora. A programação deverá ser o seu diferencial. Conteúdo voltado à apresentação e discussão dos problemas que afetam o povo brasileiro, educação e difusão da expressão artística local.
- Que as atribuições do Conselho Curador da TV Cidadania sejam exercidas pelo colegiado do Conselho Municipal de Cultura.
- Implantação da primeira geradora mariliense privada de TV, aguardada desde abril de 2018. O incentivo a conglomerados privados de mídia será revisto, desde o redirecionamento de verbas publicitárias até a revogação dos instrumentos precários de cessão não onerosa de uso de bens do município.
- Incentivo à criação de conteúdo, por meio de editais de fomento voltados aos estudantes da rede pública, entre outros. Incentivará a veiculação do conteúdo criado nas rádios comunitárias. E cobrará a implantação efetiva dos canais educativos já outorgados.